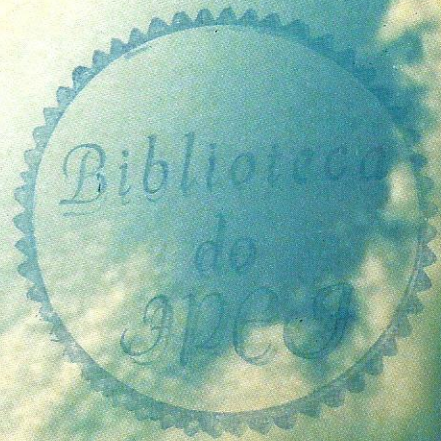


ISSN 0102-5279

ANO VI — Nº 28 — MAIO/JUNHO 1990

CELULOSE & PAPEL

6(28)



**O DESAFIO DA
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

Criando Novas Perspectivas

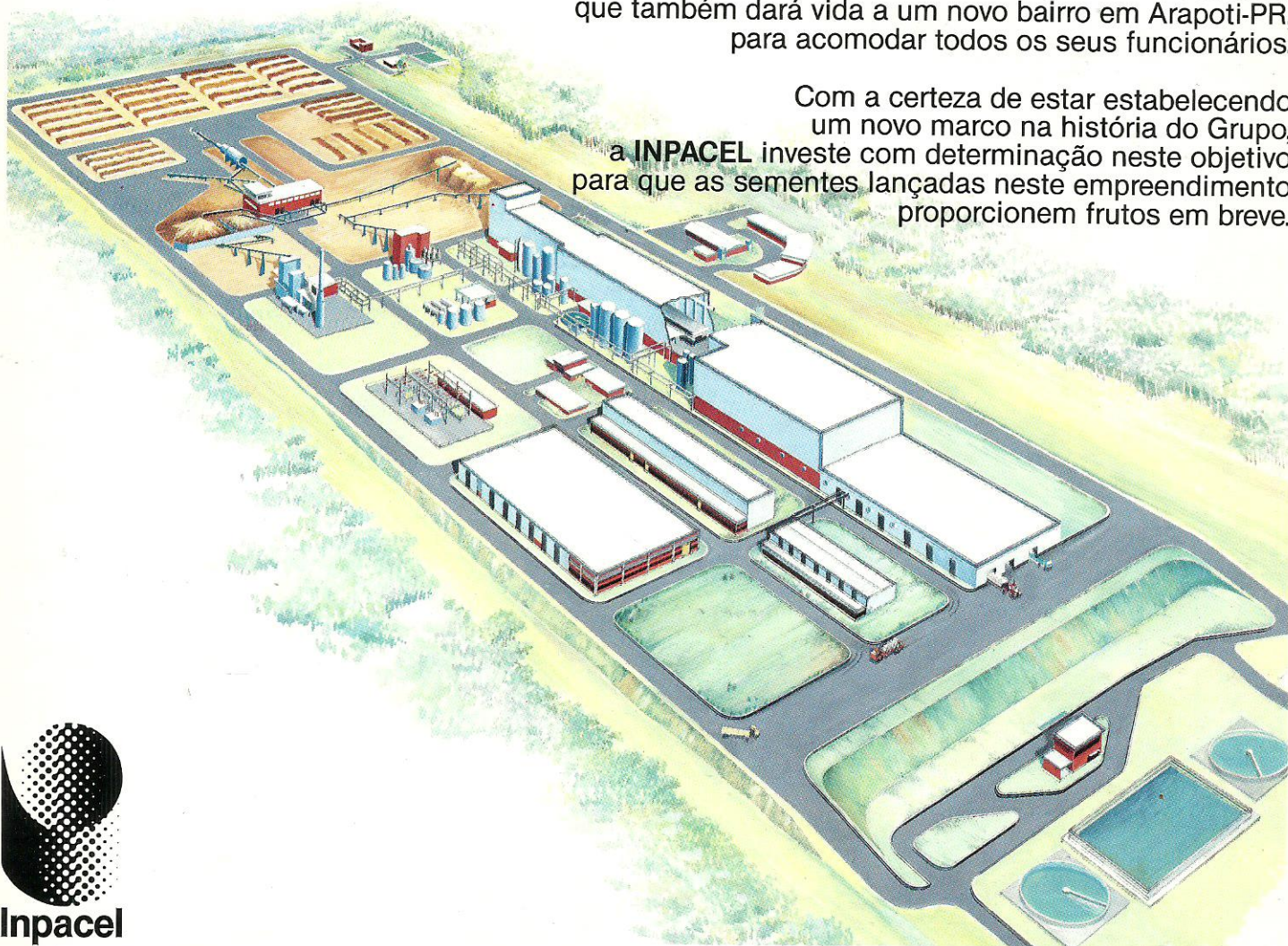
Há cerca de um ano, o movimento das máquinas e o empenho de mais de 3 mil homens vêm impulsionando uma idéia que começa a tomar forma.

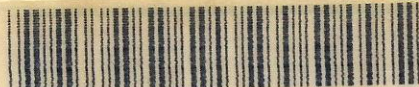
Lá estão sendo plantadas as sementes da fábrica integrada de papel da **INPACEL** (Grupo Bamerindus) que, em sua primeira etapa, deverá produzir 140 mil toneladas por ano.

Com a utilização de avançada tecnologia em processos e equipamentos, a produção de papéis para imprimir e escrever, à base de CMTF, visará atender às necessidades dos mercados internos e externos.

Para isto, está sendo montada uma arrojada infra-estrutura que também dará vida a um novo bairro em Arapoti-PR, para acomodar todos os seus funcionários.

Com a certeza de estar estabelecendo um novo marco na história do Grupo, a **INPACEL** investe com determinação neste objetivo para que as sementes lançadas neste empreendimento proporcionem frutos em breve.





PUBLIC.: P-001809

CELULOSE & PAPEL 6(28) MAI./JUN. 1990

HORA DE PENSAR GRANDE

Horácio Cherkassky()*

A economia brasileira vive um momento decisivo. Os investimentos produtivos não podem continuar sendo adiados, como vem acontecendo nos últimos anos e, mais enfaticamente, desde a edição do Plano Collor, conforme declarações estampadas na imprensa (quadro de que o setor de papel e celulose é exceção, já que está mantendo em marcha seus projetos de modernização tecnológica e ampliação da capacidade produtiva).



O risco para o país é de queda na competitividade e perda de mercados externos face ao aguçamento da concorrência que se desenha nos anos 90, impulsionado pela integração européia e a abertura de novas possibilidades de negócios no leste europeu. Ou o Brasil se capacita para manter sua produção dentro de padrões internacionais de qualidade e na escala necessária para ser competitivo e com isto ampliar sua participação no comércio mundial, ou poderá ter pela frente uma década perdida, com o agravante de que se trata de um período de redivisão econômica do planeta: quem for desalojado de suas posições atuais ou deixar de conquistar espaços nos próximos anos, terá dificuldades enormes para tirar este atraso mais tarde.

Os investimentos produtivos, entretanto, dependem de um mínimo de estabilidade econômica, com inflação sob controle e regras do jogo confiáveis. Desde a Nova República o Brasil vem de pacote em pacote, numa espécie de estado de emergência permanente. Os agentes econômicos, por sua vez, se acomodaram à reação defensiva diante de cada novo programa de estabilização econômica, preocupados em evitar os prejuízos de curto prazo. Ocorre que, assim, a visão de futuro é abandonada e, com ela, a própria possibilidade de superar os problemas existentes.

É preciso que todos nos compenetrems de que não existe solução unilateral, salvação isolada, nem saída indolor para a situação a que chegou o Brasil. Nenhum governo saneará a economia sem a colaboração de empresários e trabalhadores; todos perdem, de uma ou de outra forma, enquanto o país estiver em crise e não há como eximir qualquer setor, segmento ou categoria dos sacrifícios gerais que vêm por aí. Havendo espírito de renúncia, é perfeitamente possível obter um consenso propício à execução do plano de estabilização econômica, apesar das dificuldades que ele já está enfrentando. Caso contrário, a tentativa terá de ser renovada adiante, com a situação nacional agravada e a um custo social muito superior. É hora de pensar grande.

* Horácio Cherkassky é presidente da ANFPC — Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose.

A Revista **Celulose & Papel** é órgão oficial da ANFPC — Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose — Rua Afonso de Freitas, 499 — CEP 04006 — São Paulo — SP — Fone: 885-1845.

Diretor Responsável

H. Horácio Cherkassky

Conselho Editorial

Alberto Fabiano Pires

Aldo Sani

Jamil Aun

Lenomir Trombini

Marcello L. Pilar

Osmar Zogbi

Ronaldo A. Guedes Pereira

Ruy Haidar

Conselho Consultivo

GT 2 Divulgação

Coordenação Geral

Sandra Pegorelli



NÃO CONTAMINE
USE PAPEL

Celulose & Papel é produzida e editada bimestralmente pela Unipress Editorial. ISSN 0102-5279.

UNIPRESS EDITORIAL

Diretores

Alaôr José Gomes

Reginaldo Finotti

Editor

Celso Lungaretti

Colaboradores

Marcelo Laguna

Tânia Cristina Galluzzi

Israel Teixeira (fotos)

Diagramação e Produção

Silvio Sugita

Publicidade

José Cruz Filho

Redação, Administração e Publicidade:

Av. Paulista, 2.006 — 11º andar

— Conjs. 1.103 a 1.109 — Fones: (011)

251-0366 e 285-6233 — Telex 1132183

— Telefax (011) 285-3785 — CEP

01310 — **Composição e Impressão:** Ipsis

Gráfica e Editora S. A. — **Fotolitos:**

Força Fotolito



Capa: detalhe da Terra e lua. Foto: Image Bank.

CONSTRUINDO O FUTURO DA TERRA

Passados 18 anos desde a conferência da ONU que colocou o problema ambiental no centro das preocupações de governantes, cientistas e meios de comunicação, constata-se que houve um grande avanço no conhecimento dos problemas enfrentados e algumas ações importantes foram deflagradas em escala internacional. No Brasil, a Semana Nacional do Meio Ambiente foi marcada pela adesão do País às convenções contra os CFCs.

8

TERMELÉTRICAS GARANTEM INDEPENDÊNCIA ENERGÉTICA

No Brasil, cada vez mais as indústrias de celulose e papel buscam a garantia do suprimento de energia elétrica e a certeza da qualidade do fornecimento. Isto se resolve através da instalação de usinas termelétricas, com a vantagem de poderem utilizar como combustível a lixo, restos de lenha e cascas de eucalipto.

15

EFEITOS DO PLANO COLLOR SÃO DISCUTIDOS PELO SETOR

O que mudou para as indústrias de celulose e papel com o pacote econômico de março foi o tema de uma mesa-redonda reunindo Adhemar Magon (Suzano), Fabiano Pires (Simão), Jahir de Castro (Klabim) e Mauro Marques (Ripasa). Um consenso: há necessidade de maior abertura a nível de comércio internacional.

18

PAPEL MANTÉM AMPLA UTILIZAÇÃO NAS EMBALAGENS

O desenvolvimento técnico dos materiais alternativos não ameaça a primazia do papel, que continua à frente no mercado de embalagens brasileiro e norte-americano. Além disto, sua qualidade vem sendo aperfeiçoada no sentido de poder embalar produtos antes considerados problemáticos, como as frutas.

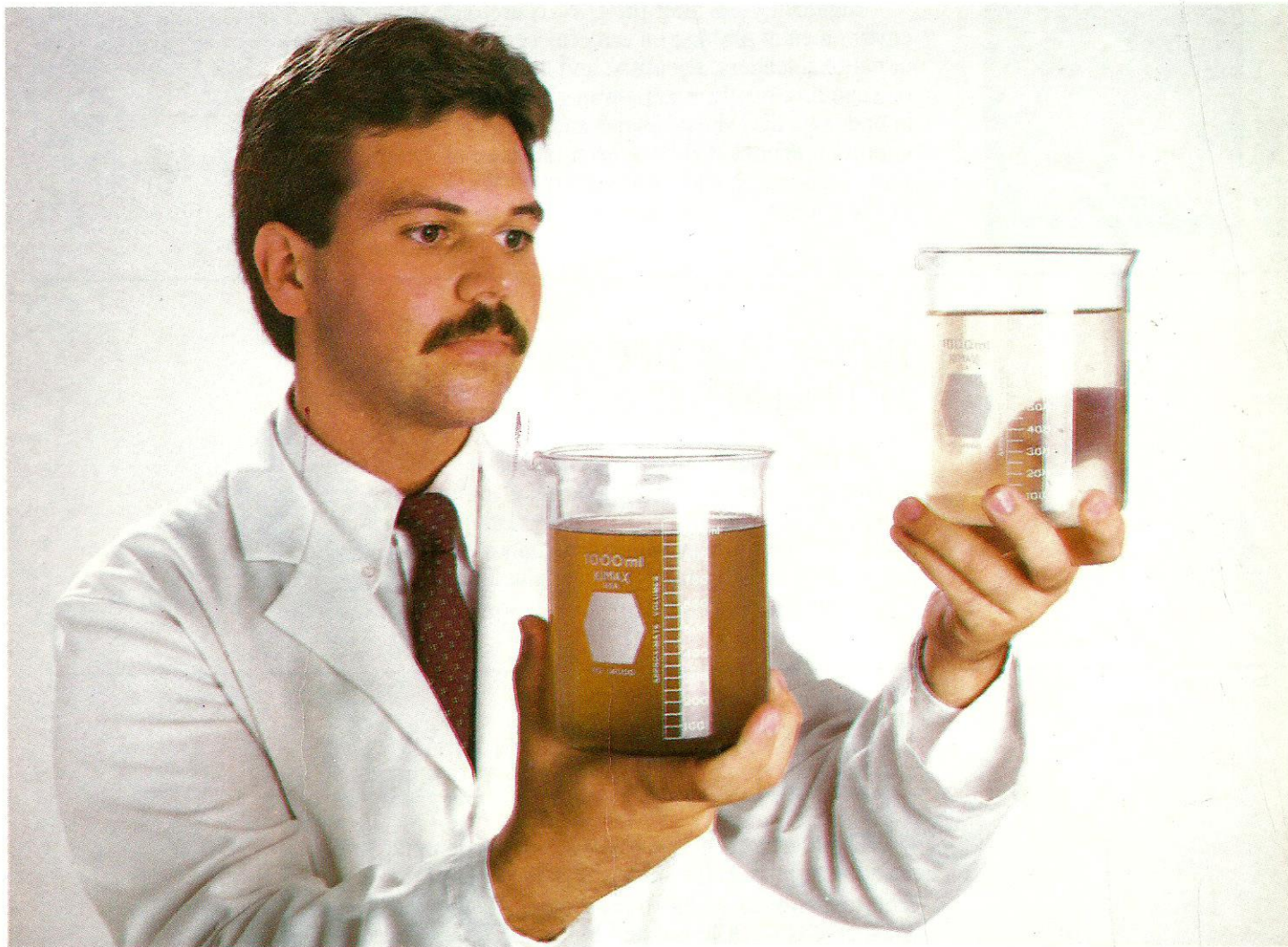
27

E MAIS:

Drupa 90	7	Sepaco	37
Gente (Gastão Campanaro)	30	Opinião	42

CATO[®] 3210

Um novo padrão de desempenho para amido catiônico



Na fotografia acima as amostras de água embaixo da tela foram retiradas durante um teste recente com o CATO[®] 3210 em papel kraft. Na análise da amostra à esquerda detectou-se finos e solúveis orgânicos, enquanto que a amostra à direita foi retirada quando esteve em uso na máquina o CATO[®] 3210 - uma nova geração de amidos anfóteros. Observe a mudança na coloração da água após adição do

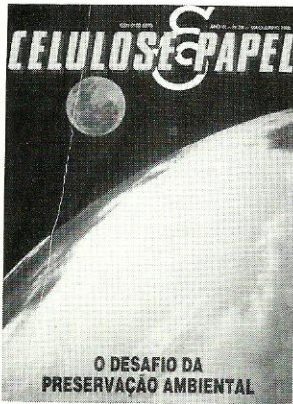
CATO[®] 3210. A retenção na primeira passada aumentou passando de 70% durante o controle, para 95% durante o teste.

Aliado ao incremento de retenção, podem ser observadas melhorias significativas na força interna, possibilidade de utilização de fibras recicladas e produtividade. CATO[®] 3210 está provando ser uma ferramenta muito eficaz para o fabricante de papel.



Lorenz National Industrial Ltda.

Matriz: Rua São Paulo, 3068 - 89010 - Blumenau - SC
Fone: (0473) 23-2988
Filial em São Paulo: Av. São Gualter, 86 - 05455
São Paulo - SP - Fone: (011) 261.4400



SHAPING THE FUTURE OF THE EARTH

Eighteen years after the U.N. conference that made environmental problems a centerpiece of the preoccupations of national leaders, scientists, and means of communication, one can observe the great advances that have been made in understanding the problems encountered and some of the important actions that have been taken on an international scale. In Brazil, National Environment Week was marked by the country's adherence to conventions against the CFC's.

THERMOELECTRIC PLANTS ASSURE ENERGY AUTONOMY

In Brazil, pulp and paper companies are increasingly seeking to guarantee their supplies of electric energy as well as the quality of their sources. The problem is being resolved through the construction of thermoelectric plants, with the advantage of being able to use lye and eucalyptus bark for fuel.

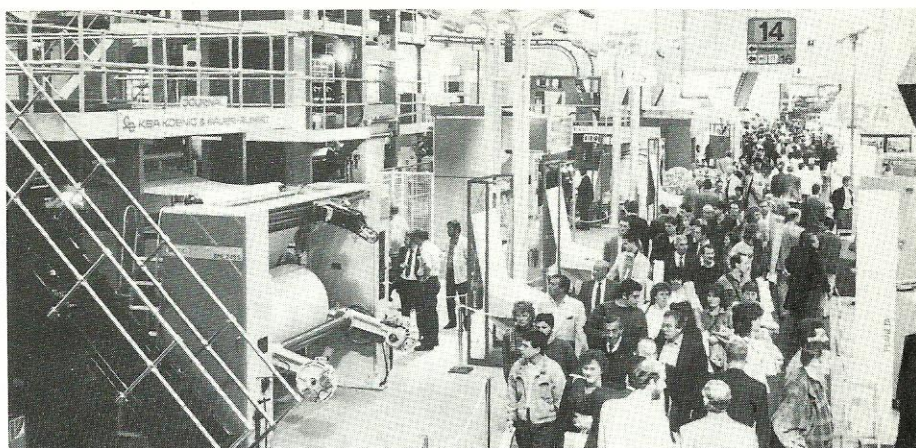
EFFECTS OF THE COLLOR PLAN ARE DISCUSSED BY THE INDUSTRY

The March economic package's impact on pulp and paper manufacturers was the subject of a round-table discussion featuring Adhemar Magon (Suzano), Fabiano Pires (Simão), Jahir de Castro (Klabin), and Mauro Marques (Ripasa). One consensus: there is a need to open more doors to world trade.

PAPER REMAINS MOST USED PACKAGING MATERIAL

The technical development of alternate materials does not threaten the leading role of paper, which is still first in the Brazilian and American markets. Moreover, its quality is being perfected to the point where it can now package products such as fruits that were formerly considered problematical.

Drupa 90, no limiar do 3º Milênio



**Daltro Lopes de Souza,
especial para "Celulose & Papel"**

O atual "status" da tecnologia gráfica e seus insumos — papel, tinta, blanquetas, aditivos, chapas e fotolitos — fiou perfeitamente delineado no evento que se realizou em Düsseldorf, Alemanha Ocidental, de 27 de abril a 10 de maio. Reunindo 1.530 expositores europeus, norte-americanos, japoneses, asiáticos e sul-americanos, a Drupa 90 recebeu uma média de 100 mil visitantes diários. Com a tradicional organização germanica, a feira ficou sediada no centro de exposições de Düsseldorf, um dos maiores complexos mundiais do gênero, com 174 mil metros quadrados e 16 alas de exposição — cada uma equivalente ao nosso Anhembi.

O "estado da arte" na tecnologia da pré-impressão foi uma das tônicas do evento. O domínio da computação gráfica na produção de artes finais, incluindo a criação e composição de idéias, fornece às áreas de Criação das agências de propaganda recursos ilimitados com velocidade computadorizada. Vale destacar a expansão do uso de impressoras "in jet" para extração de provas antes da produção do fotolito, com precisão da cópia e fidelidade de cores, aliadas à velocidade das máquinas Canon predominantes na pré-impressão. Pode-se afirmar que os avanços neste setor da indústria gráfica, com a microeletrônica, reduzirão sensivelmente os custos e tempos na execução de filmes e preparação dos trabalhos gráficos, elevando o índice de qualidade e satisfação dos clientes.

Notou-se a predominância do processo de impressão off-set, seguido do flexográfico e da rotogravura. O processo off-set ganhou impulso com a integração de sistemas eletrônicos de monitorização e controle da produção gráfica, recuperando posições de mercado ameaçadas pela reprografia. O processo flexográfico passa por um desenvolvimento semelhantes ao do off-set, também com a introdução da microeletrônica nas máquinas e a gravação eletroquímica dos rolos — estes utilizando materiais recuperáveis à base de nylon e outros polímeros. O processo rotogravura predominou nos estandes voltados para as empresas editoras de revistas e jornais

de grandes tiragens. Neste processo destacou-se a gravação eletrônica dos cilindros e a troca automática dos mesmos nas grandes máquinas.

A grande atração da Drupa 90 foram as máquinas de impressão off-set rotativas e planas. Máquinas alemãs, suíças, inglesas, italianas, francesas, americanas, japonesas, coreanas e espanholas, além de algumas de países do leste europeu. O estande da Abigraf também estava expondo máquinas brasileiras impressoras e de acabamento. As principais máquinas off-set expostas — Heidelberg, Roland, Hamilton-Stevens, Miller, Solna, Planeta, Komri, Myakoshi, Mitsubishi, Aurélia, Topan, Gieler, Dick, Goebel e Harris — apresentaram como destaque velocidades de impressão de dois mil pés por minuto nas produtoras de formulários contínuos — equipadas com sistemas de secagem "infra red" ou UV; máquinas rotativas produtoras de revistas, fabricando 55.000 cadernos/hora; máquinas planas produzindo 15.000 folhas por hora, alimentadas por robôs.

Folhetos policrômicos

As máquinas invariavelmente estavam equipadas com consoles de controle eletrônico, mantendo cores constantes e imagem conforme programadas previamente. Outro detalhe interessante: a maioria das máquinas rotativas produtoras de formulários contínuos estava imprimindo folhetos promocionais policrômicos de excelente qualidade. Entre os fabricantes de máquinas flexográficas destacaram-se: Frankental, Thunder-Comat, Bielomatic, Jaeger, Flexoprint, Hotoflex, International e Sandon. Máquinas com excelentes recursos eletromecânicos, com resultados gráficos policrômicos altamente competitivos ao processo off-set. Já as máquinas de rotogravura tiveram como expoentes: Rockwell, Rotomec, Cerutti, Rotograf, Rotatrin e Rotoprintex.

Notou-se uma grande difusão de máquinas gráficas de médio e pequeno portes, equipadas com controles eletrônicos, produzindo formulários contínuos e impressos promocionais, destinadas aos gráficos que atendem clientes regionalizados.

As máquinas reprográficas "a laser" esta-

vam representadas pela Xerox e Canon, aquelas apenas imprimindo em preto-e-branco e estas a cores. A Xerox destacou-se com a máquina copiadora-encadernadora modelo 5090. A tendência das máquinas gráficas para a década de 90 mostra claramente o avanço na velocidade de impressão e a rápida troca de serviços — atualmente atingiu-se 15 minutos entre um serviço e outro. A gravação direta da arte-final na chapa da máquina, via sistema a "laser", é outro avanço que ocorrerá na atual década. O técnico gráfico mais e mais tornar-se-á um especialista em informática e a competitividade entre as empresas gráficas residirá na velocidade e qualidade de produção, além da fidelidade à idéia original que criou o impresso.

No que tange ao papel, não se observou qualquer novidade que pudesse ser considerada desconhecida da indústria brasileira de papéis para imprimir e escrever. Notou-se uma difusão de papéis coloridos, cada cor básica com diferentes tonalidades, principalmente fabricados por empresas de médio e pequeno portes. É claro que a ecologia também fez-se presente entre os expositores de papéis, principalmente aqueles produzidos com reciclados, cujos impressos promocionais enfatizavam tais atributos sem grandes exageros.

Os fabricantes de máquinas para revestimento e acabamento de papéis — Jagenberg, Beaser e Will, entre outros — apresentavam seus mais recentes produtos, voltados para o crescimento do consumo de papel cortado para a reprografia e papéis revestidos — estes em baixas gramaturas.

A década de 90 irá se caracterizar por uma exigência e uma concorrência qualitativas, com a redução de custos decorrentes da produtividade das máquinas gráficas. A oportunidade de uma visão global e única da indústria de papel e gráfica que a Drupa proporciona, indiscutivelmente fornece subsídios para os investimentos que a indústria brasileira de papéis para imprimir e escrever estará realizando nos próximos cinco anos, duplicando sua atual capacidade de produção. Teremos que focalizar a década de 90 como o limiar do terceiro milênio, em que a tecnologia terá como objetivo único a satisfação de ser humano em todos os sentidos.

UM IMPERATIVO: PROTEGER O EQUILÍBRIO DA NATUREZA.

Para Margaret Thatcher, a preservação ambiental é um dos grandes desafios deste final de século. E o Brasil, que antes considerava a ecologia uma questão menor, acaba de aderir às convenções mundiais contra os CFCs.

Em junho de 1972, a Organização das Nações Unidas promoveu em Estocolmo, com a participação de 113 nações, uma conferência sobre a preservação do meio ambiente que é geralmente tida como marco da emergência mundial de uma consciência ecológica. Foram, então, aprovadas 109 recomendações e 26 princípios visando assegurar um progresso sem efeitos colaterais ou secundários no planeta. Dezoito anos depois, pode-se afirmar com absoluta certeza que a discussão da problemática ambiental avançou, tornando-se um assunto de primeira grandeza no meio científico, nas esferas governamentais e na mídia. As ações concretas, entretanto, vêm sendo adotadas com intensidade e abrangência desiguais de país a país.

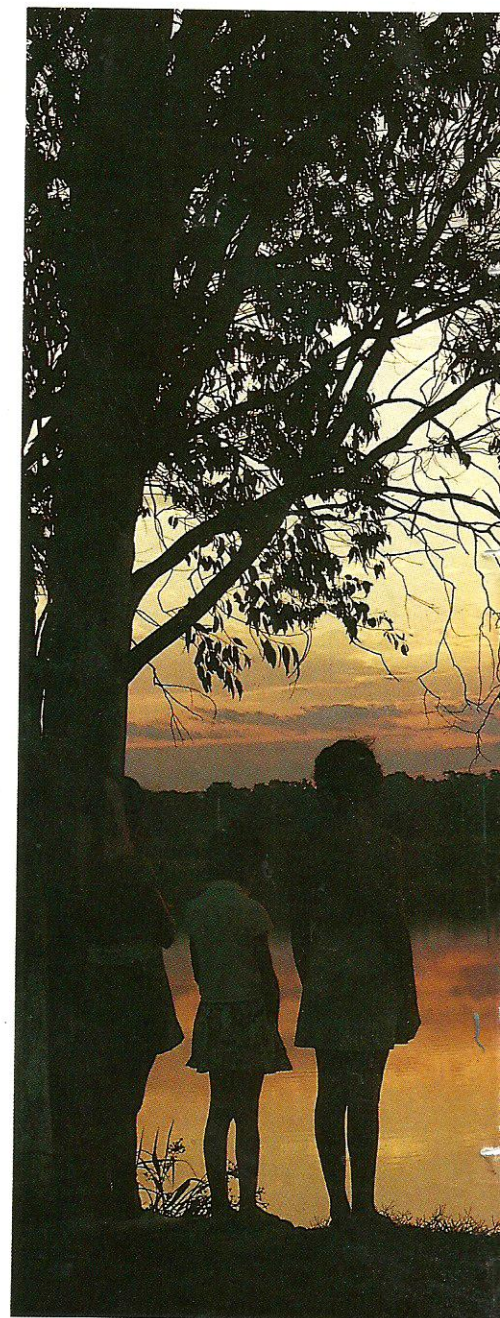
O Brasil é um exemplo de nação onde o tratamento dado às questões ambientais parece realmente estar entrando na maioria. Em 1972, foi um dos mais enfáticos defensores da prioridade do desenvolvimento econômico sobre os cuidados preservacionistas. O chefe da delegação brasileira, ministro Costa Cavalcanti, fez em seu discurso afirmações do tipo: "Um país que não alcançou, ainda, o nível satisfatório mínimo no prover o essencial, não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente". Naque-

le tempo, a posição do Brasil era de que se tratava de um problema menor, que não devia tirar o sono das pessoas equilibradas. Assim, Cavalcanti disse: "Devemos confiar em que as soluções virão no tempo necessário a evitar perigos em um futuro demasiado distante. Uma atitude sensata e objetiva nos impedirá de crer, seriamente, em ameaças à humanidade apresentadas de forma exagerada e emocional".

Hoje, nossas autoridades já se penetraram de que as ameaças à humanidade efetivamente existem e devem ser respondidas à altura — vide, por exemplo, o amplo conjunto de medidas ambientais propostas pelo governo federal. E, a 6 de junho último, o presidente Fernando Collor promulgou o ato de adesão do Brasil à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. Exatamente 18 anos após o dia em que minimizou em Estocolmo as ameaças à humanidade, o Brasil se mobilizou para combater a principal delas.

Fim do escudo protetor

A camada de ozônio na estratosfera serve como uma espécie de escudo



Nossas ações nos próximos anos definem como

protetor que impede a entrada dos componentes perigosos da luz solar. É um filtro natural, composto de gás rarefeito, que se situa a partir de 15 quilômetros da superfície terrestre e tem espessura aproximada de 30 km.

A percepção de que esta defesa dos seres vivos contra as radiações ultravioletas estava sendo debilitada se deu na década de 70, quando cientistas do Instituto Britânico de Pesquisas Antárticas relataram que a concentração de ozona sobre o Pólo Sul era mais baixa do que em qualquer outro lugar do planeta e vinha diminuindo ainda mais no período da primavera antár-



será a Terra que iremos legar a nossos descendentes.

tida (principalmente nos meses de setembro e outubro), formando um imenso buraco na camada de ozônio sobre o Pólo Sul. Esse buraco cresce a cada ano e em 1985 chegou a ficar do tamanho da América do Norte. Pesquisadores norte-americanos, com balões de medição, constataram que a camada de ozônio sobre a Antártida já diminuiu em 50%.

Os responsáveis por este fenômeno são os clorofluorcarbonetos (CFCs) liberados na atmosfera. Trata-se dos gases utilizados em aerossóis em geral (cosméticos, desodorantes, medicamentos), em soldas especiais, circuí-

tos de refrigeração e produtos metalográficos.

O cientista Georges Michel Fülgraff, do Conselho de Especialistas para Questões Ambientais da Alemanha Ocidental, fez uma advertência taxativa: "O fato de os clorofluorcarbonetos terem uma meia-vida de 90 anos, e de já terem sido liberados entre 20 e 30 milhões de toneladas desse produto na atmosfera nos últimos 60 anos, somado ao fato de que cada molécula de CFC destrói outras 100 mil moléculas de ozônio, tudo isso demonstra que toda humanidade vai sofrer muito nos próximos anos".

A quebra do escudo protetor de ozônio, segundo os especialistas, afetaria sobremaneira as florestas, provocando distúrbios no processo de formação de proteínas vegetais. A vida nos mares também seria fortemente atingida, a começar do plancto marítimo e das larvas de peixes que ficam a uma profundidade de até um metro nas águas. E o homem sofreria, de imediato, um considerável aumento dos cânceres de pele, além de distúrbios visuais.

Já existem localidades onde alguns destes efeitos começam a se manifestar, como a de Punta Arena, no extremo sul do Chile. Lá esteve em 1989 um pesquisador do Instituto Astronômico e Geofísico da USP, Rubens Junqueira Vilela, que fez o seguinte relato: "Encontrei as autoridades médicas orientando os 100 mil habitantes da cidade a usarem óculos escuros para evitar as radiações ultravioletas e outras conseqüências da destruição da camada de ozônio. Não se sabe ainda ao certo qual o tipo de lentes adequado para evitar cataratas e outras doenças. E o clima de medo e apreensão seria ainda maior se as autoridades revelassem que a vegetação urbana daquela cidade banhada por chuvas regulares está amarelada, com a aparência de ter sido queimada pela luz solar".

Se nada fosse feito, a camada de ozônio tendia a diminuir em cerca de 50% durante o próximo século. A mobilização contra este risco levou às convenções de Viena (1985) e Montreal (1987), quando dezenas de países concordaram em limitar a produção e a utilização de produtos químicos que atacam a camada de ozônio.

Este rígido conjunto de normas internacionais recebe, agora, a adesão do Brasil, que se engaja no esforço mundial para suprimir em 95% o emprego de propelentes à base de clorofluorcarbonetos nos próximos cinco a dez anos.

Segundo o *World Resources Institute* e os programas de Meio Ambiente e de Desenvolvimento das Nações Unidas, o Brasil é responsável pela emissão de 16 bilhões de toneladas de CFC, ficando bem atrás dos EUA (350 bilhões), URSS (180 bilhões), Japão (100 bilhões), Alemanha Ocidental (75 bilhões), Inglaterra (71 bilhões) e França (69 bilhões).

Mudanças climáticas

Outras ameaças à humanidade geralmente apontadas pelos cientistas são o *efeito estufa* e as alterações climáticas decorrentes de atividades vulcânicas.

O efeito estufa é tido como causa de uma possível elevação da temperatura terrestre em 3,5 graus centígrados no curso dos próximos 60 anos, o que provocaria transformações radicais em todo o ciclo de vida na Terra.

Mas o que é, afinal, o efeito estufa? Há um véu gasoso que controla a temperatura nas camadas inferiores da atmosfera. Este véu permite a passagem de raios solares e impede a entrada da radiação térmica de ondas longas, emitida pelo planeta. Ou seja, provoca um acúmulo de calor semelhante ao que existe sob o telhado de vidro de uma estufa.

Foi exatamente este acúmulo de calor que possibilitou a existência de vida no planeta. Mas, o aumento progressivo da concentração de gases residuais a partir da poluição gerada pelo homem pode desequilibrar essa equação perfeita.

As emissões que estão se acumulando na troposfera são de dióxido de carbono (CO₂) e metano, enquanto os fluorcarbonetos vêm aumentando sua presença na estratosfera. O CO₂, principal inimigo, é produzido pelo uso de carvão e de derivados de petróleo em veículos, fábricas e centrais elétricas dos países industrializados, bem como pelas queimadas em florestas tropicais.

Os especialistas temem que a ação combinada do efeito estufa e do buraco na camada de ozônio (permitindo uma maior passagem de energia solar) provoque o derretimento das calotas polares. Alegam eles que, enquanto nos trópicos o aumento de temperatura daí resultante seria de um a dois graus, na região polar a elevação atingiria de seis a oito graus. Isto acarretaria um aquecimento dos mares polares, modificando totalmente o clima no mundo inteiro — pois a mudança na diferença térmica entre a água fria dos pólos e a água morna equatorial teria como consequência a alteração do sistema global das correntes marítimas que determinam o clima em muitas regiões do planeta. E, por fim, os grandes fluxos de ventos também deixariam de percorrer suas rotas normais, provocando a mudança no regi-



Uma prioridade é evitar a destruição das florestas tropicais.

me de chuvas em várias partes da Terra. Um cenário deste tipo levaria a grandes inundações, submergindo portos e cidades litorâneas, enquanto regiões atualmente férteis sofreriam desertificação.

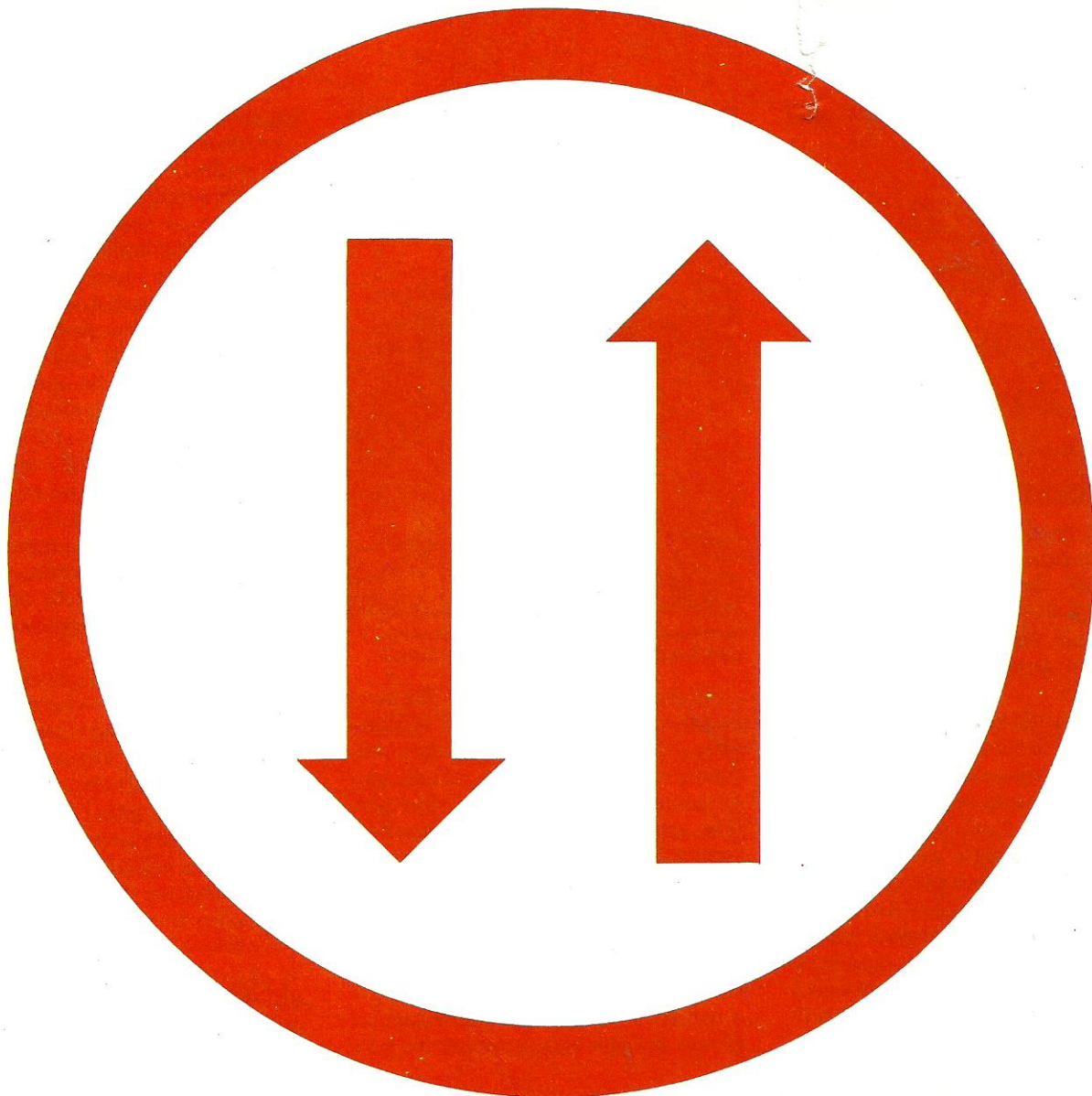
Na outra ponta, há os que temem o início de uma glaciação do planeta a partir de erupções vulcânicas de forte intensidade como as que ocorreram no ano de 1980 em Washington (vulcão Santa Helena); em 1982, na cidade do México (El Chicón); e em 1985, em Armeiro, na Colômbia (Nevada Del Ruiz). Partindo da constatação de que o lançamento de partículas de pequenas dimensões na estratosfera produz bloqueio da energia solar que chega à superfície terrestre e mantém tais partículas em suspensão por longos períodos, argumenta-se: uma fase de vulcanismo bastante intenso durante um pequeno lapso de tempo poderia, potencialmente, levar o planeta a um novo período glacial.

Mobilização mundial

A questão ambiental, 18 anos depois da Conferência de Estocolmo, é reconhecida como crucial para a hu-

manidade pelos principais líderes mundiais. O presidente norte-americano George Bush prometeu em campanha que daria atenção especial ao assunto, inclusive convocando encontros mundiais sobre meio ambiente, e está cumprindo a palavra. O premiê soviético Mikhail Gorbachov, discursando na ONU, considerou a degradação do meio ambiente tão grave quanto a guerra, a fome e as doenças. E a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher declarou à *Royal Society* que proteger o equilíbrio da natureza “é um dos grandes desafios do final do século XX”.

Na pauta comum das organizações ambientalistas dos EUA e Europa, as principais recomendações são: redução imediata em 20% das emissões de dióxido de carbono; suspensão até o ano 2000 de todo o despejo de substâncias tóxicas e rejeitos não tratados nos oceanos; eliminação de todos os empréstimos e subsídios que contribuam para o desgaste de ecossistemas fundamentais como florestas, terras úmidas, bancos de coral e a Antártida; e a estabilização da população da Terra em 8 milhões de pessoas (atualmente, são 5,2 bilhões).



PARCERIA, UM NEGÓCIO DE MÃO DUPLA.

Neste negócio, a HERLITZ e a BRASPEX acreditam. Política comercial definida, seriedade, competência, capacidade e regularidade; elementos básicos para o sucesso em comércio internacional e do novo "PROJETO BRASIL". Tudo isto junto com uma estrutura industrial, comercial e financeira ímpares, resultando em lucros mútuos. Parceria é isso aí. A HERLITZ é isso e muito mais.

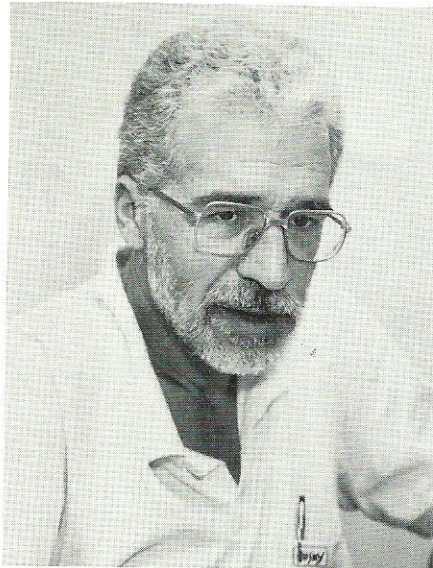
Herlitz[®]

Herlitz International Trading

BRASPEX

Com. Imp. e Exp. Ltda.

Controle ambiental é prioridade do setor



Armando Mesquita: setor faz controle ambiental em nível de Primeiro Mundo.

O setor de celulose e papel “já atingiu a maturidade no trato da questão ambiental”. Quem garante é o coordenador do GT-8 (Proteção e Melhoria do Meio Ambiente) da ANFPC, engenheiro Armando Luiz de Souza Mesquita:

“Nas duas últimas décadas, o setor foi cada vez mais se apercebendo de que ele depende totalmente dos recursos naturais, quais sejam solo, árvores, água e ar. Esta conscientização se deu paralelamente ao desenvolvimento de uma tecnologia apropriada de controle ambiental que foi, então, incorporada em larga escala à produção de celulose e papel. Conseguimos, assim, reduzir a um mínimo o impacto de nossa atividade sobre o meio ambiente”, afirma Mesquita.

O coordenador do GT-8 faz uma ressalva: qualquer atividade humana altera de alguma forma o meio ambiente em seu entorno e gera uma certa quantidade de resíduos. Ele propõe, então, um enfoque pragmático para a questão, descartando duas posições extremadas e, a seu ver, igualmente negativas: a de que o desenvolvimento deve ser conquistado a qualquer preço (tese brasileira na Conferência de Estocolmo) e a de que a natureza é absolutamente intocável (como pregam alguns militantes eco-

lógicos). “Tem que se encontrar um equilíbrio: selecionar as atividades que melhor promovam a qualidade de vida da população e cujos resíduos possam mais facilmente ser absorvidos pelo meio ambiente dentro de sua capacidade de autodepuração.”

O papel se evidencia, na sua avaliação, como um bem absolutamente necessário a partir de seus usos — noticiosos, culturais, artísticos, tecnológicos, científicos, higiênicos e de embalagem, entre outros —, confundindo-se com a própria busca moderna de uma melhor qualidade de vida. “Além disso, ele é biodegradável, reciclável e parte de uma matéria-prima renovável, apresentando, portanto, vantagens ambientais na comparação com os possíveis alternativos”, constata Mesquita.

O setor deverá ter grande evolução nos próximos anos, diz o coordenador do GT-8, apontando fatores favoráveis como área, clima, domínio da produção de eucalipto, baixo consumo interno de papel e boa aceitação do produto brasileiro no mercado internacional, além da tendência de desenvolvimento de variada gama de aplicações futuras de papel e celulose. Daí existirem vários projetos em fase de implantação, “com o melhor de que se dispõe em tecnologia a nível mundial”.

Mesquita, que é Gerente de Con-

LANÇADA A OPERAÇÃO MATA FOGO/90

“É preciso termos consciência de que, hoje, somos um outro Brasil, em busca de condições melhores para a sobrevivência do ser humano. As campanhas de combate ao incêndio em florestas devem ser responsabilidade de toda a população, porque as florestas são um patrimônio comum de toda a sociedade.”

As afirmações são do presidente da Associação Paulista dos Fabricantes de Papel e Celulose, Osmar Elias Zogbi, na solenidade de início do segundo ano da **Operação Mata Fogo**, desenvolvida pelo governo do Estado de São Paulo com o apoio da APFPC. O ato teve também a presença do secretário estadual do Meio Ambiente, Jorge Wilhelm; do secre-

tário da Segurança Pública, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira; e do chefe da Casa Militar, coronel Francisco João Ferro.

A **Operação Mata Fogo** é um amplo programa de proteção às florestas paulistas, visando prevenir e combater incêndios florestais durante as 24 horas do dia no período de estiagem, em 12 regiões do Estado consideradas críticas e que abrangem 193 municípios. Com a participação do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, pilotos da Aeronáutica Civil, Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) foi implantada, em cada uma dessas regiões, um sistema integrado de comunicações para acionar

recursos e equipamentos disponíveis.

O centro de operações está sediado em São Paulo, recebendo e transmitindo informações por toda a rede. Quando necessário, são mobilizados bombeiros, máquinas pesadas, médicos, aviões e helicópteros. Além disso, o satélite meteorológico NOAA faz o rastreamento das regiões. E a APFPC doou papel e peças de divulgação: 10 mil cartazes, 100 mil folhetos, 14 mil adesivos e 5 mil cartilhas, além de patrocinar a contratação de plantonistas.

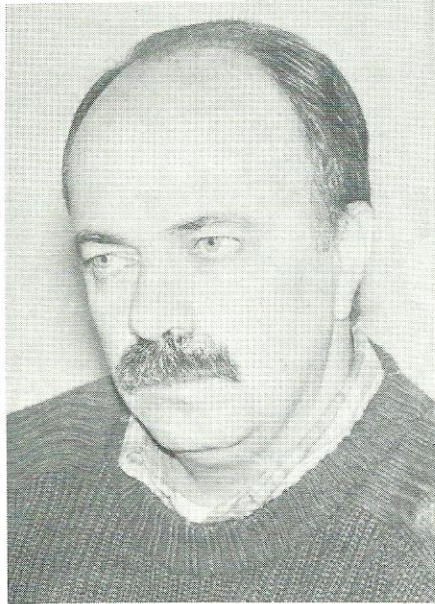
Segundo Osmar Elias Zogbi, em 1989 a operação “gerou a detecção de cerca de 5.300 focos de incêndio, sendo 63% em regiões tradicionalmente florestais, o que nos leva a con-

trole Ambiental e Desenvolvimento de Processos da Suzano, ressalta que a tecnologia evoluiu no sentido de minimizar a geração de resíduos, aumentando o seu reaproveitamento como subprodutos (Controle Ambiental no Processo). Além disto, o setor exerce de forma rigorosa o Controle Ambiental Externo, através de estações de tratamento para efluentes líquidos, colocação de filtros eletrostáticos para efluentes aéreos e sistemas de disposição final para resíduos sólidos. "Fazemos um controle ambiental de alto nível, compatível com o das indústrias do Primeiro Mundo", conclui Mesquita.

Apoio à comunidade

O coordenador do GT-7 (Reflorestamento e Correlatos) da ANFPC, Nelson Barboza Leite, é taxativo: "O setor de celulose e papel utiliza apenas 6% da madeira consumida no Brasil, e planta tudo que usa. Além disto, desenvolve diversas ações de defesa e restauração do meio ambiente".

Barboza Leite faz questão de ressaltar que, ao contrário do que rezam velhos mitos, toda a atividade florestal vinculada à utilização industrial é bem fiscalizada no Brasil. A extração predatória de madeira é para produção de carvão vegetal e para uso doméstico ou em pequenos negócios (le-



Barboza Leite: formação de madeira em equilíbrio com recursos naturais.

nha para padaria, fabricação de cerâmica, pequenas indústrias de móveis etc.).

O programa anual de reflorestamento desenvolvido pelo setor é de aproximadamente 100 mil hectares. São trabalhos de reformas de florestas improdutivas ou reflorestamento de áreas sem cobertura vegetal. E, até o ano 2000, estão previstas reformas em 760 mil ha de povoamentos antigos e implantação de 355 mil ha de novos povoamentos.

As empresas de celulose e papel dispõem, a nível nacional, de 1,3 milhão de hectares, 200 mil dos quais são de matas naturais preservadas, conforme determina o Código Florestal. A grande preocupação do setor, atualmente, é conseguir a formação de madeira em equilíbrio com os recursos disponíveis: solo, água, nutrientes, fauna e flora. "Por se tratar de uma atividade de longo prazo, a manutenção deste equilíbrio é vital para nós", explica o coordenador do GT-7.

Além disto, acrescenta Barboza Leite, o setor desenvolve vários programas que beneficiam o meio ambiente e as comunidades dos mais de 200 municípios brasileiros onde tem suas empresas instaladas: fomento a pequenos e médios proprietários, através da distribuição de mais de 20 milhões de mudas de essências nativas e exóticas por ano; prevenção e proteção de incêndios, abrangendo não apenas as florestas do setor mas toda a vizinhança; pesquisa e desenvolvimento silvicultural em áreas preservadas, visando a caracterização de áreas e identificação de espécies de valor ecológico e econômico; e integração aos programas ambientais desenvolvidos através de municípios, colaborando na conservação do solo, arborização urbana, preservação de bacias hidrográficas etc.



Osmar Zogbi considera que o primeiro ano do programa foi um sucesso.

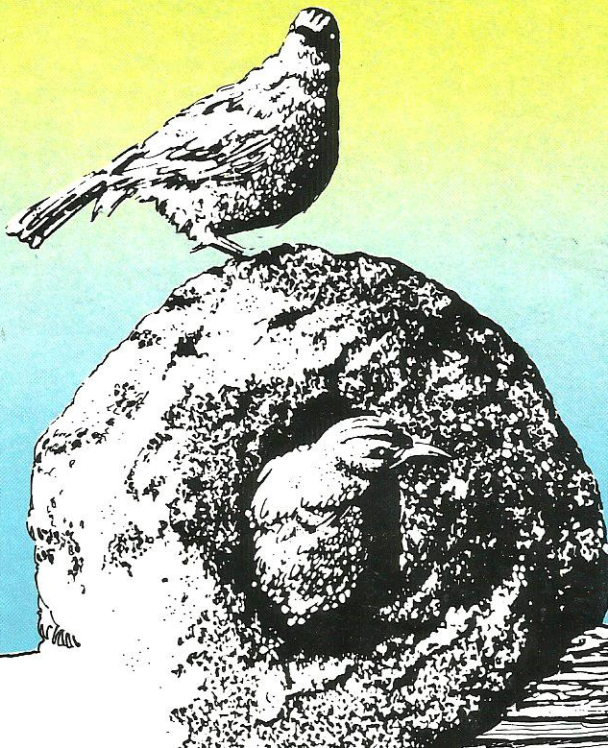
siderar o primeiro ano deste programa um sucesso". O engenheiro Marco Antônio Fujihara, coordenador

do plano pela APFPC, avalia que a parte preventiva funcionou muito bem em 1989, mas houve alguma di-

ficuldade em campo na ação de combate aos focos de incêndio, "daí a concentração de nossos esforços, este ano, numa maior integração com os bombeiros e a Defesa Civil". Fujihara destaca também que se conseguiu uma homogeneização da base cartográfica: cada empresa tinha sua base em escala diferente, "agora podemos casá-las num mapa geral".

O chefe da Divisão de Operações de Risco da Cetesb, Ricardo Rodrigues Serpa, considera que os grandes méritos da operação vêm sendo a união de esforços entre órgãos do governo e a iniciativa privada para preservar as florestas e a conscientização da população sobre como prevenir e combater incêndios. "Chegamos a receber três denúncias de focos de incêndio por dia, o que prova que a coletividade está colaborando", conclui Serpa.

NOSSO PAPEL.

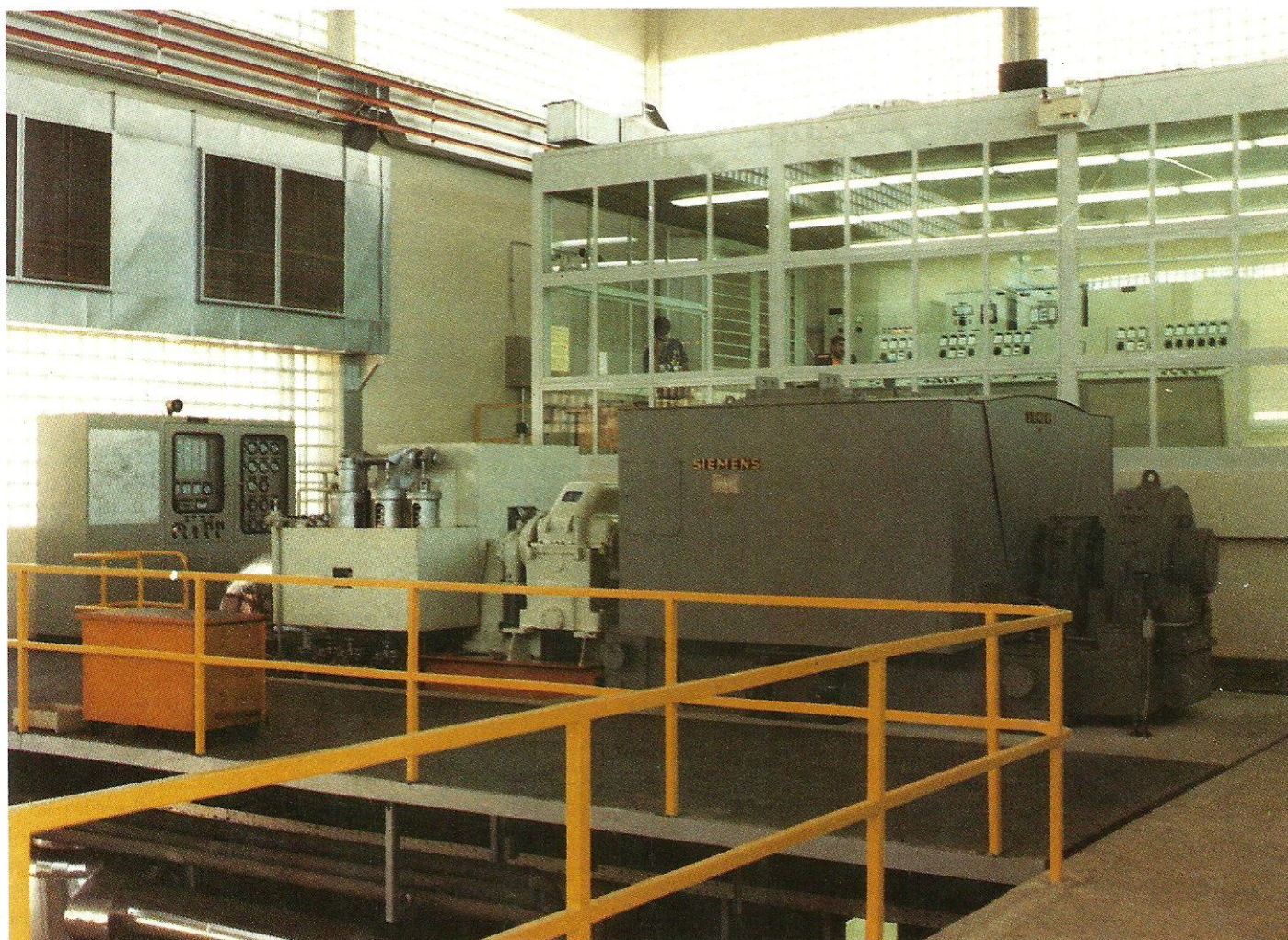


Defender
Preservar
Cultivar
Produzir

IRANI
CELULOSE IRANI S.A.

TURBINAS A VAPOR: UM MERCADO CRESCENTE.

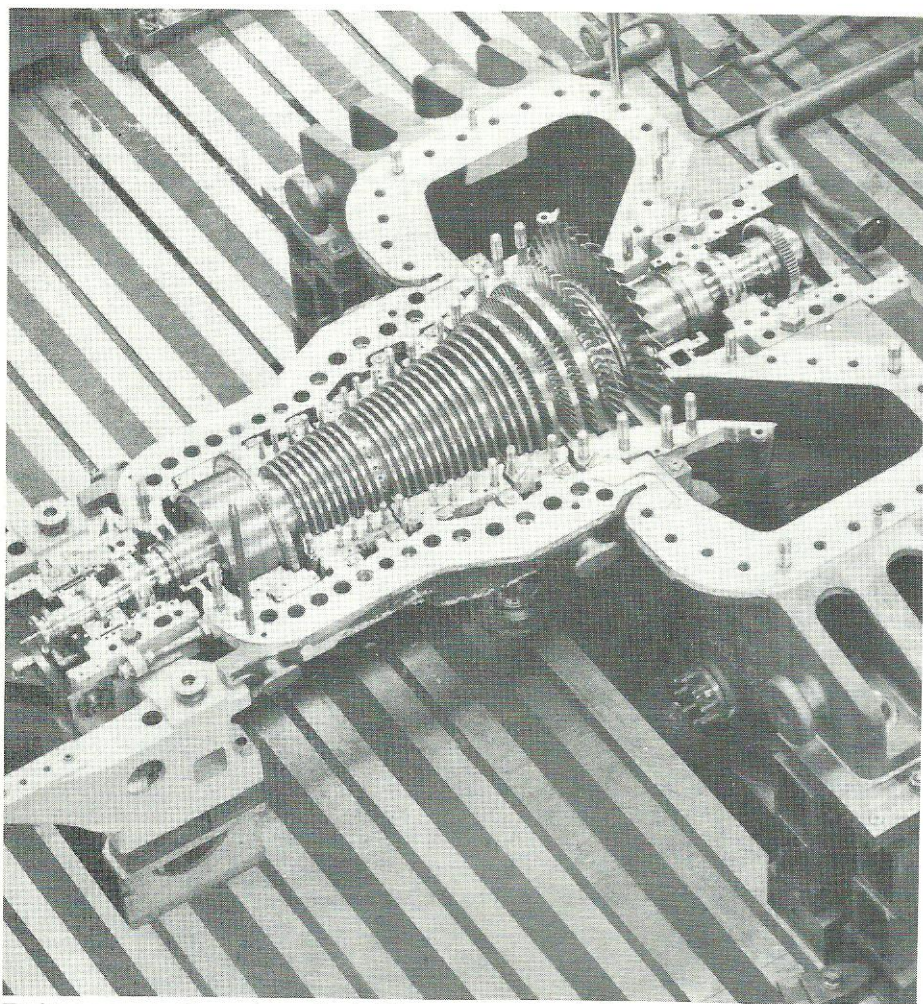
O setor de celulose e papel trata de garantir sua independência energética: está acelerando a instalação de usinas termelétricas.



Turbogerador de 10 megawatts da Siemens: a tecnologia mais avançada do mundo está em uso no Brasil.

Independência energética. Este poderá ser o futuro das indústrias de celulose e papel no Brasil, que buscam cada vez mais a garantia do suprimento de energia elétrica e a confiabilidade na qualidade do fornecimento. Para tanto, há uma série de projetos para a instalação de usinas termelétricas em andamento no setor, que têm a vantagem de poder utilizar como combustível um subproduto da fabricação da celulose, a lixívia, além de restos de lenha e casca de eucalipto.

O equipamento fundamental numa termelétrica são as turbinas a vapor de condensação e de contrapressão, com ou sem extração de vapor. Segundo o diretor da área de Termelétricas Industriais e Automação da Siemens, Manfred Becker, atualmente estão em funcionamento no setor turbinas com potência entre 15 a 40 megawatts por unidade. A M. Dedini, empresa que fabrica o equipamento sob licença da Siemens AG, produz turbinas de cinco a 70 megawatts para as indústrias de celulose e papel; já a AKZ



Turbina a vapor de condensação de 18 megawatts, instalada na Bahia Sul.

Turbinas, que utiliza tecnologia da empresa Azea Brown Boveri, fabrica um equipamento capaz de gerar de três a 60 megawatts.

As turbinas produzidas para o setor em nada diferem das fabricadas para as indústrias químicas e alimentícias, variando, apenas, em potência, segundo as necessidades de cada cliente. "O gerador também será o mesmo para qualquer indústria, assim como os materiais usados tanto na fabricação do gerador quanto da turbina. Nem o combustível utilizado para a geração de vapor interferirá. Mesmo que seja um processo atômico de queima de urânio, a turbina será a mesma", afirma Becker.

Para atender às exigências do mercado nacional, os equipamentos produzidos pela Siemens e ABB utilizam a última palavra em tecnologia. "Nós fabricamos os geradores e toda a parte elétrica e a Dedini as turbinas, com alto grau de nacionalização, utilizando tecnologia alemã. As turbinas produzidas aqui são iguais às fabricadas

através do qual conseguimos tirar o máximo do calor e da pressão do vapor, produzindo uma turbina com alto rendimento e eficiência", afirma Becker. Além disso, as usinas fabricadas pelas duas empresas são controladas por painéis computadorizados, que podem ser integrados ao sistema de controle de toda a indústria.

Desenvolvimento tecnológico

No caso do equipamento produzido pela Siemens/Dedini, o rotor e as palhetas da turbina, bem como alguns elementos de usinagem de alta precisão, são importados da Alemanha. Na termelétrica fabricada pela ABB/AKZ também o rotor e as palhetas vêm de fora: são originários da Alemanha o sistema de controle da turbina e a matéria-prima do eixo do gerador.

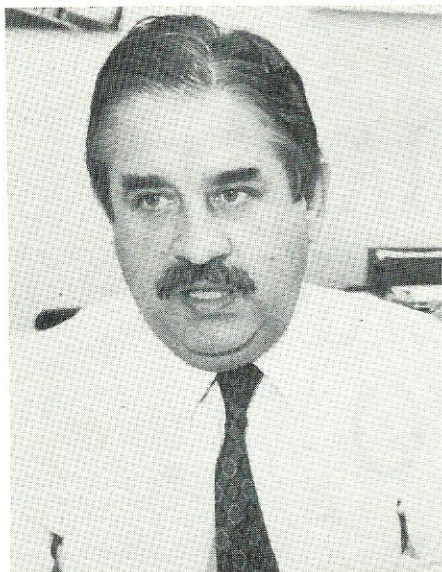
"Todo e qualquer desenvolvimento tecnológico realizado pela matriz em Nuremberg é introduzido, imediatamente, aqui no Brasil. Isto é válido tanto para as turbinas quanto para os geradores. O desenvolvimento tecnológico não é realizado aqui, pois o mercado ainda não justifica os investimentos que seriam necessários. O mesmo ocorre com as peças importadas. Por exemplo, o custo de uma fresadora para a fabricação das palhetas é de US\$ 8 milhões no país de origem. Para justificar tal investimento deveríamos ter uma venda de US\$ 30 a 40 milhões anuais só de turbinas, sendo que o mercado nacional de turbinas a vapor gira em torno de US\$ 20 milhões", afirma o gerente de Marketing e Vendas Geração de Energia da ABB, José Garcia N. Reis. Apesar disso, a ABB exporta para a matriz alguns componentes da turbina e, também, geradores inteiros.

A garantia oferecida pelos fabricantes nacionais é de um ano após a entrada em funcionamento da usina. "O aumento no prazo da garantia depende de uma negociação, porém um prazo maior pode significar um risco e risco é custo", afirma o diretor da Siemens. Contudo, dentro ou fora da garantia, a indústria de celulose e papel pode contar com uma assistência técnica especializada, capaz de solucionar qualquer equipamento. "Todo o projeto, fabricação, instalação e entrada em funcionamento é acompa-



Manfred Becker: know-how alemão garante alto rendimento das turbinas.

pela Siemens na Alemanha. E tem de ser assim, pois os nossos clientes são muito exigentes. Para conquistá-los contamos com o know-how Siemens,



José Reis: equipamentos nacionais terão preços vantajosos em 2 anos.

nhado diretamente pelo cliente, a fim de que se familiarize muito bem com a usina”, afirma o gerente da ABB.

A questão da assistência técnica também é um fator de peso, segundo os fabricantes, para que o cliente decida comprar um equipamento nacional. Segundo o diretor da Siemens, hoje existe a possibilidade de produzir-se no Brasil um gerador competitivo em termos de preços mundiais e também toda a carcaça da turbina com um preço igual ou até menor do que o praticado lá fora. “No conjunto, uma turbina nacional é competitiva em relação a uma importada e o cliente tem a vantagem de acompanhar todo o processo de fabricação do equipamento. Nós só produzimos aqui o que sabemos fazer e o que é economicamente viável”.

Internacionalização

Quanto às possibilidades de importação de maquinário, o gerente da ABB considera necessária uma análise das condições: “Até hoje, para as empresas que têm um programa de exportação, torna-se mais barato importar uma turbina ou boa parte dela, pois as taxas de importação são reduzidas. Contudo, não sabemos se esse quadro se manterá. Desde a posse do novo governo, existe uma tendência de internacionalização da economia brasileira. Isso significa uma redução nas alíquotas de importação. Com isto, as empresas locais procurarão baixar seus custos para se tornarem competitivas. As empresas multi-

nacionais instaladas no Brasil ainda não são competitivas em nível internacional, principalmente devido aos altos custos da matéria-prima”.

Segundo Reis, dentro de um ou dois anos será mais vantajosa a compra de um equipamento nacional, por causa da pequena diferença de preço favorável e da assistência técnica garantida. “Essa diferença deverá girar em torno de 10% a 15% pois, com a internacionalização do mercado, os insumos internos terão de baixar de preço para competir com as matérias-primas importadas”.

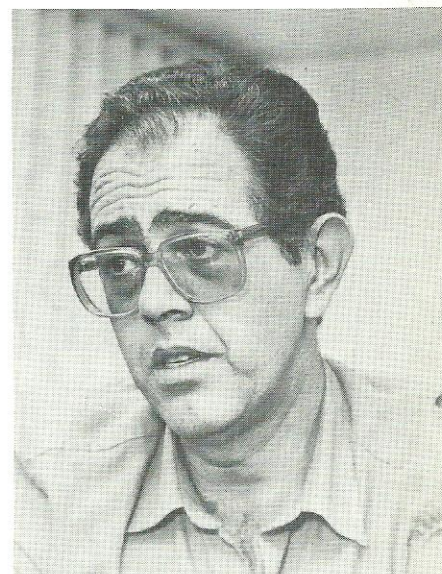
A primeira indústria de papel e celulose energeticamente auto-suficiente será a Bahia Sul, através de uma termelétrica de 94 megawatts — potência suficiente para abastecer de energia elétrica uma cidade com cerca de 800 mil habitantes. A usina será composta por duas turbinas de extração e contrapressão de 47 megawatts e uma de condensação de 21 megawatts, que estão sendo fabricadas pela M. Dedini, cabendo à Siemens fornecer os geradores. Segundo o gerente da Divisão Elétrica e de Instrumentação da Bahia Sul, engenheiro João Horta, optou-se pela auto-suficiência após esgotadas as negociações para o fornecimento de energia com a Companhia Elétrica da Bahia (Coelba), devido a problemas com as linhas de transmissão.

De acordo com Horta, essa é uma tendência no setor. “Cada vez mais, as indústrias procurarão gerar sua própria energia. Isto porque o quadro de fornecimento da energia elétrica no Brasil está cada vez mais negro, além do fato da indústria de celulose e papel utilizar o vapor como um elemento do processo de fabricação”.

Os fabricantes de equipamentos para termelétricas estão otimistas. “Hoje, com o aumento do preço da Kwh e com a necessidade de garantia do fornecimento da energia, e levando ainda em consideração que a vida útil de uma usina é de cerca de 25 anos, os fabricantes de celulose e papel chegaram à conclusão que é mais viável a aquisição de uma usina que supra pelo menos uma parte de suas necessidades energéticas”, afirma Becker.

Receita adicional

Os investimentos no setor de energia elétrica no Brasil, segundo Reis, em termos de geração e transmissão



João Horta: fornecimento de energia elétrica no Brasil não é confiável.

de energia não atendem ao mercado em expansão, sendo, portanto, necessário que as indústrias se equipem: “Pelos fatores confiabilidade e disponibilidade de energia e devido aos aumentos das tarifas de energia elétrica, será mais vantajoso para a indústria produzir sua própria energia até com um certo excesso, que poderá ser revendido para a rede, criando uma receita adicional”. E o engenheiro da Bahia Sul confirma a existência dessa possibilidade. “No momento, não há disponibilidade, porém não podemos descartar a idéia de vender a energia que não utilizarmos”.

Além do Brasil Sul, outros projetos confirmam essa tendência. A AKZ, por exemplo, está fabricando duas turbinas de 18 megawatts para a Cel-pave, uma de 56 megawatts para a Ripasa e já está instalando três turbinas de 36 megawatts na Aracruz. A Siemens também está com projetos que devem ser fechados num período de quatro a sete meses, com empresas como a Papel Simão, Champion e Papel e Celulose Catarinense. “Há cerca de dois anos, o mercado de turbinas a vapor no setor de celulose e papel era pequeno, com compras esporádicas e de baixíssimas potências. No entanto, atualmente esse mercado vem crescendo e tem apontado um futuro muito promissor. Hoje, as termelétricas participam apenas com 5% de toda a energia elétrica produzida no País. Contudo, acredito que dentro de 10 a 12 anos esse índice poderá saltar para 10% ou até 15%”, conclui o diretor da Siemens.

SETOR AVALIA IMPACTO DO PLANO BRASIL NOVO



Da esq. p/ a dir., Alaôr Gomes (mediador), Adhemar Magon, Fabiano Pires, Jahir de Castro e Mauro Marques.

Iniciando uma série de mesas-redondas sobre os grandes temas de nossa realidade econômica sob o ponto de vista do setor celulósico-papeleiro, esta revista reuniu, para discussão do Plano Collor, o diretor de Comercialização das Indústrias Klabin, Jahir de Castro e os diretores financeiros e de Relações com o Mercado da Companhia Suzano, Adhemar Magon; das Indústrias Simão, Alberto Fabiano Pires e da Ripasa S.A., Mauro Marques.

C&P — *Qual foi, em sua empresa, o impacto do Plano Collor tanto em nível de emprego e de produção, como em nível de mercado interno?*

Alberto Fabiano Pires — Tivemos, num primeiro momento, uma absoluta interrupção das vendas. Embora todos esperassem algumas mudanças, o pacote acabou sendo mais drástico, truculento, maior do que alguém poderia imaginar. No mês que antecedeu a mudança do Governo cada empresa procurou se resguardar. Uma das opções foi o aumento dos estoques, até antecipando importações. Tal decisão se mostrou acertada, pois os estoques não sofreram IOF nem outro tipo de restrição. Imediatamente após o Plano a empresa assumiu a seguinte posição: vamos vender, suspender todas as compras e desovar estoques. No conjunto, a economia parou porque todos nós paramos de comprar. Os clientes fizeram a mesma coisa. As empresas preparadas para exportar um pouco mais se orientaram para a exportação imediatamente após o Plano. Os itens não exportáveis tiveram sua produção paralisada. A Papel Simão, hoje, vem operando a

85%, 86% da sua capacidade nominal — quando o normal seria 95%, 96% — e está exportando o grosso da produção. Nossa venda mensal, que deveria atingir no mercado interno ao redor de 15 mil toneladas/mês, está abaixo de 40% — cerca de 5.500 toneladas. E, ao invés de operarmos com 22 mil toneladas de produção que seria o nosso normal, estamos operando com 18.500 t, alguma coisa assim. A diferença entre 5.500 e 18.500 t estamos jogando para exportação.

Jahir de Castro — O dia 16 de março realmente trouxe um impacto muito grande, paralisante, para o setor celulósico-papeleiro. O segmento de fibra longa — aquele em que mais nós atuamos — foi pego numa situação bastante embaraçosa. Nós vínhamos, nos últimos oito meses de 89, com todo aquele aquecimento interno pelo qual saímos muito de exportação. Quando iríamos retornar para a exportação em grande volume, vimos, então, que o choque tinha sido tão grande que só restou ver as cinzas que sobraram. Dentro do nosso segmento, composto por 112 empresas de papéis de embalagens, excluindo-se 12, 14 empresas, a situação é realmente grave para quem produz de 800 a 2 mil toneladas por mês de papel miolo, capinha ou maculatura. No mês de março as empresas trabalharam até o dia 15, e vendendo. Na segunda quinzena, só algumas tinham fôlego e trabalharam a terceira semana. A partir daí começaram a parar. Em abril também houve uma queda muito acentuada. Durante 60 dias, no setor miolo para caixas de papelão e papéis maculatura, nós tivemos, em média, 65% das fábricas sem produção. No início de abril, a maioria deu férias coletivas ou licenças remuneradas e boa parte das empresas começou a demitir. A nossa previsão é de que muitas não sobreviverão.

Ademar Magon — Efetivamente, o plano provocou um tumulto maior do que aquele que se esperava. Então, a primeira reação foi uma espécie de paralisia. Durante os primeiros dias de março a economia estava muito aquecida; a segunda quinzena, no entanto, foi marcada por um faturamento próximo de zero e de tentativas de abordagem entre for-

needor e cliente. E o setor revelou um amadurecimento grande nesse aspecto. Conseguiu transformar em faturamento os pedidos em processo na fase anterior ao choque. Mas, os novos pedidos pararam, completamente. Baixou-se o preço via redução da componente financeira com o que, no início de abril, o setor experimentou um pequeno aquecimento que, no entanto, foi logo revertido, porque o plano demorou para ser compreendido. E nível interno, a nossa companhia reduziu o seu grande atividade a uns 80% a 85%, aproveitando para colocar algumas máquinas em reparo ou manutenção. Com relação ao nível de emprego, nós mantivemos todo o nosso quadro. A Cia. Suzano tem um especial cuidado com esse tipo de ativo — o principal ativo, no nosso entendimento. Tivemos que tomar empréstimos bancários para pagar os salários de março mas ainda assim, não houve atraso nem redução do quadro.

Mauro Marques — No período que antecedeu a posse de Collor, nós fizemos a análise mais profunda possível do documento "as diretrizes de ação do governo Collor". A conclusão óbvia a que se podia chegar é de que ocorreria um desaquecimento na demanda. No mínimo, como fruto do combate ao déficit público por redução da máquina estatal e pelas privatizações. Nós, então, nos preparamos. Quer dizer, fizemos estoques. Havia outra expectativa, a maxidesvalorização. Assim, seguramos exportações. E entramos no plano com maior estocagem e excedentes de caixa aplicados. Eu lembro que, no nosso caso, estamos com investimentos diretos dentro da empresa, em pleno processo, faltando seis, sete meses para o *start up*. E mais, estávamos vindo de uma emissão de ações encerrada, liquidada no dia 8 de março.

Adhemar — Em cruzados?

Mauro Marques — Não. Foi liquidada em cruzeiros. Ficaria em cruzados se nós não tivéssemos tido a integralização de ações e o uso dos recursos ao longo do mês de fevereiro. Nas nossas aplicações financeiras nós escolhemos bens de capital como a melhor aplicação. E nós restrin-

gimos o restante do excedente ao *overnight*. Tivemos uma paralisação de faturamento no mercado interno e, na exportação, maior ainda, porque a taxa cambial desabou. Não chegamos em nenhum momento a efetuar financiamento de folha mas desaquecemos o projeto da máquina de papel na montagem e obras civis. O resultado do Plano Collor, para nós, foi uma mudança muito violenta no perfil de ingressos de caixa, com peso maior do mercado externo. De qualquer forma nós vendemos no mês de abril 80% das vendas físicas normais. O grande gargalo está, exatamente, na área de cartão, em que paralisamos a produção de duas máquinas — temos seis. Essas duas máquinas representam em torno de 2.100 toneladas. Demos férias para o pessoal.

C&P — *A impressão que fica é que todos vocês estão ajustando ou já se ajustaram ao novo estágio. A partir disso, qual a perspectiva para a retomada das atividades normais da empresa?*

Mauro Marques — Nós temos visto algumas declarações de que este ano teremos um crescimento do Produto entre zero e 2%. Mas outras interpretações indicam uma queda de até 10%, calcada, principalmente, em cima da indústria. Nós chegaríamos, para isso, a 16,5% no Produto Industrial. O que é um negócio brutal, gigantesco. É muito difícil, a esta altura do jogo, se chegar a qualquer conclusão sobre o que virá. Nós temos que estar preparados para uma redução de demanda mais permanente, mais demorada. Devemos buscar maior atividade no mercado externo em substituição parcial, pelo menos, à demanda do mercado interno.

Jahir de Castro — Nós costumamos dizer que um dos grandes indicadores do mercado de papéis e embalagens é o comportamento do papelão ondulado, já que quase todos os produtos industriais são containerizados. Esse mercado, da ordem de 80 mil toneladas/mês, registrou, em abril, comparando-se com fevereiro, uma queda de aproximadamente 50%. As vendas de caixas de papelão não significam compra de 40 mil toneladas de papel de embalagem



Fabiano Pires

“Se o plano não der certo, o País entrará em conturbação total”

porque os convertedores de papel para caixa, fabricantes de ondulado, tinham estoques. Então, esses 50%, no mês de abril, já um índice baixo, não refletiram novos pedidos para a indústria de papel. Para o mês de maio previa-se um acréscimo de mais ou menos 20%. E este crescimento deverá dar-se principalmente em dois segmentos: indústria alimentícia, que já começa a negociar com o supermercado, e segmento de higiene e limpeza, que também deve subir um pouco acima dos outros. Nos demais, o consumo de caixa de papelão ainda é bastante fraco. Assim, não acreditamos que antes de agosto tenhamos um nível de 70%, 75% daquele praticado no mês de fevereiro. Provavelmente, a partir do quarto trimestre poderemos alcançar 85%, mas nunca os níveis de 1989.

C&P — *É o retrato do mercado.*

Jahir de Castro — Desse mercado de caixas de papelão. No mercado de sacos industriais não se vê uma grande procura, quer para a indústria de cimento, quer para a indústria de fertilizantes. Houve certo aquecimento em função das safras agrícolas para a indústria de sementes, mas sabemos que é sazonal. O mercado de exportações, em que pese as taxas cambiais estarem baixas, é, na realidade, a grande válvula de escape que a maioria do setor de *kraftliner* já

vinha utilizando desde 1980, especialmente a Klabin. Hoje, nós, na exportação, estamos mantendo os números de 88, ou seja, aproximadamente, uma exportação de 16 mil toneladas mensais para uma produção de 30 mil toneladas. Falo, exclusivamente, em papéis de embalagens. Nas outras fábricas de sacos de papel, o volume caiu assustadoramente, ficando a um nível entre 45% e 50%.

Alberto Fabiano Pires — No segmento de escrever e imprimir, estamos em plena entressafra. O segundo trimestre de cada ano é, historicamente, o mais fraco. O Plano Collor apenas veio agravar ainda mais esse período. Estamos achando que já em julho/agosto, o consumo voltará a alguma coisa como 70% do normal. É possível que tenhamos um quarto trimestre com um consumo muito próximo ao do ano anterior. De qualquer maneira, a Papel Simão, no ano passado, destinou 30% de produção ao mercado externo. Este ano, certamente, esse percentual ficará entre 40% e 45%. A preocupação geral não é o momento imediato. Não só a empresa, como todo o setor, vai sobreviver. Não se fará estoque não comprometido. Usaremos artifícios como antecipar manutenção, férias. Mas a preocupação maior é com o que estamos chamando de árvore de decisão lógica. Hoje, quando se analisa a situação, há duas possibilidades: ou o plano dá certo ou não dá certo. Se o plano não der certo, o Brasil estará numa conturbação total. Então a empresa deverá adotar uma nova maneira de atuar, de decidir. Fará uma redução dos seus níveis hierárquicos de decisão, e deverá estar pronta para decidir na hora a hora ou talvez no minuto a minuto. Abandonemos essa hipótese e fiquemos com: o Plano vai dar certo. Essa eu acho que é a opção fundamental, em que devemos basear todo o desenvolvimento administrativo industrial daqui para a frente, não só na minha empresa, mas em todas as empresas industriais, comerciais e de serviços. A linha a ser adotada deverá ser a da produtividade, eficácia e, principalmente, da revisão de conceitos.

Adhemar Magon — Pegando um pouco a ponta da linha do Fabiano,

o negócio de que o Plano vai dar certo um postulado, um axioma. O Brasil tem que ser um novo país a partir das conseqüências mais perenes desse plano. Somos um país pobre que consumia mais do que produzia, gerando inflação. Se esta for reduzida — não precisa ser eliminada —, significa que deve haver um equilíbrio maior entre a quantidade de bens e riquezas que produzimos e aquilo que consumimos. A exportação é a saída de política econômica, já que não há condição de se consumir internamente o que se produzia. Mas o negócio exterior é uma via de duas mãos. É preciso entender que nós vamos também ter que importar. O nosso setor, comparativamente, está muito bem posicionado, porque já é exportador e a qualidade dos nossos produtos é aceita internacionalmente. Quarenta, cinquenta países já usaram e continuam usando o papel de imprimir e escrever brasileiro. Essa redução no mercado interno, que o Jahir colocou em 50%, logo no primeiro impacto, acho que foi por aí mesmo também no nosso grupo. Mas você percebe que essa readequação não é uma coisa do Plano Collor pra cá. Sabíamos que o País estava inflado e consumindo demais. Então, a exportação é uma obrigação da economia como um todo. E é aí que eu chamo a atenção: O governo precisa colocar ferramentas à nossa disposição que nos permitam degladiar, no bom sentido, em igualdade de condições com os produtores internacionais. Temos qualidade muito boa e competitiva, e custos idem, mas não temos as condições de comércio. Não tem sentido, por exemplo, continuar colocando óbices a respeito das intenções de estabelecer subsidiárias, filiais e mesmo máquinas ou cortadeiras em outros países para você poder atender em tempo e hora um cliente. Essa condição diferenciada às vezes alija o Brasil de concorrências internacionais. Eu penso que isso é o que se chama de o Plano dar certo. É uma maior abertura a nível de comércio internacional e a consciência de que é preciso ganhar dinheiro melhorando a qualidade, atendendo bem o cliente e racionalizando custos.

C&P — Por enquanto a gente está falando em sobrevivência. Mas o se-



Adhemar Magon

“É preciso uma maior abertura a nível de comércio internacional”

tor tem um plano substancioso de investimentos até 1993. Qual a posição desses projetos?

Adhemar Magon — Isto demonstra como os empresários confiam no negócio de papel e celulose no Brasil. Ao longo destes últimos anos nós temos tido situações muito difíceis, como a inflação do ano passado. E a despeito disso, as empresas que tinham projetos em andamento continuaram. O Plano trouxe o enxugamento violento do caixa, fez com que todos repensassem os cronogramas físico-financeiros de seus projetos. No caso da Cia. Suzano, estamos envolvidos em basicamente três projetos grandes. Um diretamente, através da Bahia Sul, que é controlada nossa, e que já passou o *point of no return*, devendo entrar em funcionamento no primeiro semestre do ano que vem. Bastou a nova diretoria do BNDES tomar posse e eles rapidamente compreenderam a importância de um projeto do tipo Bahia Sul, restabelecendo o fluxo de liberações de acordo com o cronograma. Com relação aos outros dois projetos dos quais nós participamos indiretamente, na área petroquímica — uma fábrica de polietileno linear na nossa associada Politeno, e uma fábrica de polipropileno em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro —, eles sofreram uma pequena redução que não deverá comprometer sua entrada em funcionamento.

Alberto Fabiano Pires — A Papel Simão tem uma programa de expansão de celulose na sua unidade em Jacareí, de 540 toneladas para 1.000 toneladas/dia. O projeto, depois de um período de engenharia básica, foi deflagrado com a contratação do fornecimento de uma caldeira de recuperação que será fabricada pela CBC (Mitsubishi). Essa contratação ocorreu na primeira quinzena de março e com o Plano Collor o assunto foi reavaliado e confirmado. A nossa posição é de que não temos que nos preocupar se o plano não vai dar certo. Ele vai dar certo. E em dando certo, teremos alguma perturbação no início, como estamos vendo, mas nossa previsão é a de que em um horizonte mais longo a economia vai entrar em funcionamento. Estamos prevendo que nosso programa de expansão se conclua dentro de 27 meses, a contar de março. Assim o grupo não abandonou o programa de investimentos e, embora mais atrasado que o de outras empresas, é um programa de expansão que também não tem mais retorno. Contamos obter recursos do BNDES, no qual, segundo manifestações de seu presidente, o setor de celulose e papel continua prioritário. Desta forma podemos dizer que, à luz do Plano Collor, nosso programa de investimento foi reavaliado e confirmado.

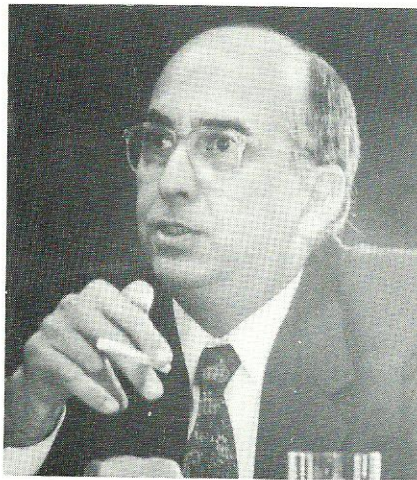
Jahir de Castro — Até 1993, o setor deverá estar investindo algo em torno de 10 bilhões de dólares. Antes do anúncio do Plano já haviam sido feitos investimentos da ordem de quatro bilhões de dólares. Foi citado, como exemplo, o caso da Bahia Sul, o caso da Aracruz, Impacel, que já são investimentos que não têm mais como retornar. No que diz respeito à Klabin, evidentemente, ela também parou para pensar. Atendendo a determinação do Conselho de Administração, primeiro buscamos pagar a folha de salários dos 19 mil colaboradores e, então, verificamos toda a possibilidade de não demitir ninguém. Depois, como parte seguinte, pensamos na remuneração do capital e na retomada de investimentos. Temos uma fábrica de papelão ondulado em Jundiá, cuja terraplenagem começará a partir de junho ou julho. A divisão celu-

lose da Bahia ficará totalmente concluída agora, com *start up* no início de junho. Os investimentos na fábrica de Monte Alegre tiveram alguma diminuição. A fábrica de Santa Catarina continua com investimentos normais. A mesma coisa também com a fábrica da Riocell. A retomada, aos níveis anteriores, eu acredito que se dará só a partir do segundo semestre.

Mauro Marques — O nosso investimento em andamento é o da máquina 2 do principal estabelecimento da Ripasa, situado em Limeira, que, de acordo com o projeto, passaria a produzir comercialmente, a partir de janeiro de 1991. Pela fase que nós estamos, praticamente calçada em mão-de-obra, sofremos um pequeno retardamento, mas ainda assim, mantivemos a previsão inicial de operação. Gostaria de destacar que o segmento de celulose e papel foi criado como setor, com base no 1º Programa Nacional de Papel e Celulose. A partir daí surgiram empresas de grande porte, sob a alavancagem do BNDES. Posteriormente, a partir de 1982, o setor que havia crescido também com uma série de incentivos, passou a devolver, por função do controle de preços, aquilo que lhe tinha sido concedido, com aumento de preços sempre abaixo da ORTN, até 1987, quando então se reduziu drasticamente sua capacidade de investimentos. Hoje, pelo que se vê, os investimentos efetivos atingem cinco bilhões e pouco. E não há como deixar de reconhecer que recursos de longo prazo, no Brasil, eram e são oriundos, exclusivamente, do BNDES. O sistema financeiro sempre trabalhou a curto prazo com um cliente único para crédito que era o governo.

Adhemar Magon — Você me fez lembrar algo importante. Como parte do sucesso do Plano, seria preciso a reabertura das linhas externas, tão importantes, para a consecução dos projetos.

Mauro Marques — Exato. Esse é um dos fatores, se o Plano realmente der certo. O sistema financeiro, em o plano atingindo suas metas, deverá ter condições de operar a longo prazo. E também, claro, com fontes do exterior.



Mauro Marques

“O setor quer trabalhar sem controle artificial de preços”

C&P — *Como é que vocês vêem a perspectiva de que o Brasil possa aumentar a sua fatia no mercado internacional, manter a modernização industrial, dentro de uma liberdade de mercado que o plano começa a dar, levando o empresariado a caminhar por suas próprias pernas? Tudo o que se reclamava está aí; o câmbio livre, a taxa flutuante. Qual é a sensação de administrar dessa forma?*

Adhemar Magon — É um desafio, sem dúvida, mas é agradável. Você tem mais liberdade. Agora, é preciso, reitero, que tenhamos certeza de que disporemos das mesmas condições que os produtores internacionais. Temos mundialmente a criação de três pólos de desenvolvimento: o mercado americano-mexicano-canadense; o mercado europeu, unificado agora com a adesão do leste, e o mercado asiático dos Tigres e do Japão. São fenômenos extremamente importantes do ponto de vista das conseqüências em relação à competitividade e ao grau de penetração dos produtos brasileiros. Daqui a alguns anos, a saída para o Brasil também terá que ser por aí. Através de associações, trocas de tecnologias, cooperação mútua, participação recíproca.

Mauro Marques — Mas, além do avanço e da transferência de tecnologia, há outro fator também. As escalas mínimas de expansão do setor,

que já é de capital intensivo, são cada vez maiores. A cada passo novo eleva-se o mínimo de produção, já gigantesco, exigindo um volume de investimentos muito grande. Para essas empreitadas, se quisermos acelerar a condição de investimentos, a associação é a saída. As linhas de longo prazo, no Brasil, são carentes; existem centralizadas no BNDES e esperamos que surjam outras. O mercado de capitais é muito pequeno. Acabamos utilizando, como muitas empresas do setor já fizeram, recursos de capital via conversão de dívida. Essa colocação da demanda é bem apropriada, se a dívida externa for renegociada como se espera. O certo é que o setor cresceu, não fala em incentivos, nem em subsídios. Ele não está pedindo nada, a não ser liberdade. Queremos trabalhar sem controle artificial de preços.

Jahir de Castro — Dentro dessa liberdade e na colocação do Magon, o que realmente assusta são as ilhas criadas no mundo com o fechamento da América do Norte, os tigres asiáticos mais o Japão e o Mercado Comum Europeu. E o Brasil, dentro da América Latina? Vamos formar o bloco da miséria? Não é possível. Precisamos atingir outros grandes mercados vencendo oito, nove, 10 mil quilômetros de água. Para isto teremos que ter uma Marinha atuante. Ainda presentemente, nos vemos às voltas com a Austrália. É um mercado que pode, entre papel de imprimir e escrever, cartões e cartolinas e papéis para embalagem, consumir por mês entre oito e 10 mil toneladas. Mas não há navio. Nós ficamos à mercê de navios de outras bandeiras que cobram aquilo que querem. E com isso, ficamos fora daquele mercado.

Alberto Fabiano Pires — A formação desses grandes blocos me parece ser o grande desafio da economia brasileira. O Jahir definiu bem e nós vamos acabar fazendo aqui, com os nossos companheiros da América Latina, o bloco da miséria. Isso já deve estar levando o governo a compreender que teremos de nos voltar para o mercado interno, via maior redistribuição de renda. Teremos que fazer um bloco com o nosso próprio Brasil! Esse será o grande desa-

fiu. Acho que um dos setores menos atingidos por essa formação dos blocos mundiais será o de celulose e papel porque o nosso setor tem uma competitividade intrínseca muito grande. Para isso, no entanto, é necessário ter uma constante atuação tecnológica, principalmente para a produção de papéis "commodities", para os quais o Brasil tem condições de ser grande produtor e exportador. Outro fator imprescindível para que nós continuemos tendo essa competitividade no setor de *commodities* é o tamanho das nossas instalações. A nossa exportação já atingiu 550 mil toneladas por ano de papéis de escrever e imprimir e estará seriamente comprometida se novas máquinas de papel eficazes, eficientes, com alta tecnologia de equipamento e processo e um tamanho econômico adequado, não vierem a se instalar no País. As máquinas que o Brasil instalou na década de 80 têm tamanho, largura, velocidades compatíveis com a que o mundo instalou na década de 70. E as que nós pretendemos instalar agora na década de 90 são as máquinas que foram instaladas, no resto do mundo, nos anos 80. Se não tivermos nem essas máquinas, todavia, perderemos a competitividade. De qualquer forma, vamos nos defrontar com outra fatalidade econômica no País: haverá uma concentração maior ainda no nosso setor. A diferença de custos de pro-




Jahir de Castro

"Sem Marinha atuante, ficamos à mercê de navios estrangeiros"

dução entre uma máquina que produz de 300 a 500 toneladas por dia, comparada com as máquinas que hoje fazem 50 t/dia, é realmente alarmante. Ou seja, não vai haver condições dessas máquinas persistirem produzindo no setor de escrever e imprimir. Muitas delas poderão ser adaptadas para a produção de papéis especiais, mas isso já é um outro problema também muito sério.

Adhemar Magon — Eu vejo a situação como transitória caminhando

para um patamar de operação mais saudável, mais desprovido de artificialidades. Mas, para que esses projetos novos, em fase de implantação ou ainda na prancheta, possam vir a funcionar normalmente, acho muito importante mencionar dois aspectos: a questão do abastecimento energético, que é extremamente delicada, com custo alto e oferta escassa, tendendo a diminuir; e o aspecto ambiental, que tem um custo elevado e que está, hoje, revestido no Brasil, de uma certa mística, de um certo ranço.

Mauro Marques — Eu lembro que o setor de celulose e papel era caracterizado, nos seus aspectos de compra e de competitividade externa, primeiro, obviamente, pelas vantagens comparativas da madeira — o eucalipto; segundo, um outro aspecto próprio de país subdesenvolvido, que era o custo da mão-de-obra. O setor foi paulatinamente adequado a remuneração de mão-de-obra a ponto de ser um dos que hoje apresenta melhor nível de remuneração e de relações com os empregados. Perdemos exatamente esses dois pontos de garantia de competitividade. Agreguem-se a isso dois outros fatores: o custo portuário brasileiro, extremamente elevado e a sãna tributária, que estabeleceu, por exemplo, a tributação da celulose como semimanufaturado. 

PARA ECONOMISTAS, AUSTERIDADE É ESSENCIAL.

O Plano Brasil Novo tem sido analisado constantemente pelo setor de celulose e papel que busca mesurar os seus efeitos através de debates e da troca de opiniões. Além das discussões internas o setor tem convidado economistas para reuniões periódicas. As duas últimas foram realizadas no Clube Monte Líbano, em São Paulo, sendo convidados, pela ordem, o economista Luiz Paulo Rosemberg e o deputado federal José Serra.

Rosemberg disse que a recessão decorrente das medidas de estabilização é injusta porque não oferece a todos os setores um tratamento igual, com a queda da atividade econômica mais acentuada em alguns deles, como a

construção civil e bens de capital, por exemplo. Para ele a recessão, com uma queda provável de ordem de 8% do PIB, deverá durar um ano, com o crescimento sendo retomado em junho ou julho de 1991. "Se tudo der certo, a partir de 92, sem inflação e sem déficit público, teremos um cenário melhor, podendo crescer à razão média de 7% ao ano durante os próximos quatro ou cinco anos", assinalou.

Para o deputado José Serra o "quadro é muito preocupante e por isso é importante para o País que o plano dê certo". Ele reconhece que, se nada fosse feito, estaríamos amargando hoje um índice insuportável de inflação e que, neste sentido, a

ousadia do plano teve um êxito inicial. "O desafio, doravante, é vencer o quadro de dificuldades crescentes. Apesar de vencer algumas batalhas a guerra ainda não está ganha", disse o parlamentar. Serra salientou a necessidade de se reduzir a folha de pagamento dos governos e informou que, em sua opinião, atuar com excesso de otimismo é pernicioso porque as perspectivas não são boas. Segundo o parlamentar, o sucesso das medidas de estabilização da economia está na dependência de três importantes fatores: austeridade monetária, déficit público e acerto da dívida externa. Se esses pontos forem equacionados a contento as probabilidades de acerto serão maiores.

Destaques de 89 recebem prêmio da Anave



Sorridente, o presidente do Sepaco, dr. Jamil Nicolau Aun, recebe o troféu de José Aidar Filho.



Antônio Pulchinelli cumprimenta Raul Calfat por mais um êxito da Simão: empresa destaque de 89.

De 30 de maio a 1º de junho, a Associação Nacional dos Profissionais de Venda em Celulose, Papel e Derivados (Anave) realizou, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, seu 15º Fórum de Análise, tendo como tema os efeitos do Plano Collor sobre o setor de papel e celulose. Na sessão inaugural ocorreu a entrega do Prêmio Destaque do Ano aos profissionais e empresas que se salientaram por seu desempenho em 1989.

O título de "Personalidade do Ano" coube ao dr. Jamil Nicolau Aun que, além de suas atividades empresariais no Grupo Simão, preside há 23 anos o Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo. Graduado pela Faculdade de Medicina da USP, o dr. Jamil é livre docente em moléstias pulmonares da Universidade do Brasil, tendo recebido em 1952 o Prêmio Alvarenga, a maior láurea outorgada pela Academia Brasileira de Medicina.

"Minha formação é médica", explica o dr. Jamil. "Segui carreira universitária

durante 15 anos. Depois, por circunstâncias do destino, tive que largar tudo e me direcionar para a indústria. Mas ali também continuei desenvolvendo alguma assistência médica, porque era um setor totalmente desamparado."

Graças aos esforços do dr. Jamil, o Hospital do Sepaco evoluiu para um estabelecimento modelo que hoje ocupa 17,5 mil metros quadrados no bairro paulistano de Vila Mariana e mantém dois ambulatorios próprios, em Mogi das Cruzes (Grande São Paulo) e Americana (interior paulista).

Após receber seu prêmio das mãos do presidente do Conselho Deliberativo da Anave, José Aidar Filho, o dr. Jamil fez uma emocionada defesa da contribuição do empresariado para resolver os graves problemas sociais do País. "Um empresário que não assuma decididamente suas responsabilidades, não pode ser chamado de empresário", afirmou.

Como "Personalidade do Ano (extra-setor)" foi escolhido o ex-ministro da Saúde, Tseigo Tsuzuki, que

ocupa atualmente o cargo de consultor da Organização Mundial de Saúde, responsável pela Divisão de Doenças Transmissíveis, em Zurique. Além de sua longa militância na medicina, o dr. Tseigo foi lembrado por sua intermediação quando das retaliações impostas pelo governo norte-americano às exportações brasileiras.

Empresa: a vez da Simão.

A "empresa do ano" foi a Indústria de Papel Simão, um dos maiores conglomerados brasileiros voltados para a produção de papéis para imprimir, escrever e especiais. Única fabricante de papéis para fac-símile do Hemisfério Sul e uma das poucas a produzir o autocopiativo, a Simão vem colhendo os frutos de seus esforços pioneiros para produção de papéis especiais. Assim, atingiu altos níveis de crescimento nos anos 80, culminando em 1989 com o faturamento de US\$ 458 milhões e a colocação entre as cinco maiores empresas do setor (de acordo com o levantamento das "Melhores e Maiores" da revista *Exa-*

me). O grupo produziu no ano passado 240,2 mil toneladas de papel e 185,5 mil de celulose.

Depois de receber seu troféu do presidente da Comissão de Premiação, Antônio Pulchinelli, o superintendente do Grupo Simão, Raul Calfat, destacou a modernização do equipamento gráfico observada na Drupa 90, o que obriga o Brasil a investir maciçamente para acompanhar o incremento de competitividade em escala mundial. A Simão, segundo ele, está consciente desta necessidade, tanto que seu programa de investimentos permitirá duplicar a produção de celulose na unidade de Jacareí. Calfat destacou também o acordo operacional recentemente firmado para utilização da tecnologia da Kanzaki Paper, maior fabricante mundial de papéis para fac-símile.

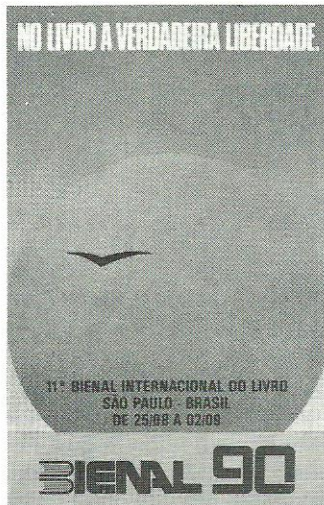
Receberam menção honrosa duas empresas: a Papyrus Indústria de Papel, uma das maiores fabricantes nacionais de cartões e grande exportadora de cartão duplex; e a Editora Gráfica Brasileira, que vem investindo na criação de centenas

de novos empregos e tem dotado o parque gráfico de equipamentos modernos e eficientes.

Anúncio: cartão Ripasa.

“O Anúncio do Ano” foi o do “Novo Cartão Ripasa com Matiz Balanceada”, de página dupla, criado pela agência GTM&C para atender ao objetivo do Grupo Ripasa, de introdução de um novo conceito de matiz no mercado interno de cartões para impressão. O prêmio foi recebido pelo presidente da Ripasa, Abrahão Zarzur, que explicou: “o novo cartão é o resultado de pesquisas realizadas junto à indústria gráfica e aos setores que utilizam o cartão como material para embalagem. Eles identificaram a necessidade de um cartão que proporcionasse a valorização equilibrada de todas as tonalidades de cores para obtenção de um ótimo resultado na impressão. A área de Tecnologia da empresa identificou a tonalidade adequada de matiz, que mostrou um melhor contraste na reprodução, através de uma imagem mais nítida e real, com maior impacto, respondendo à demanda do mercado”. Menção honrosa para “O Mercado de Papéis está em Alta”, produzido pela Grafite Propaganda e Publicidade para a San Vito Ind. e Com. de Papéis; e “História de uma Empresa”, criação da Grafite Propaganda para a Waldomiro Maluhy & Cia.

Finalmente, Paulo Vieira de Sousa recebeu o prêmio de “Vendedor do Ano”. Ex-presidente da Anave, Paulo Vieira há três anos atua como representante autônomo, atendendo atualmente a quatro clientes.



Bienal do Livro começa em agosto

De 22 de agosto a 2 de setembro, acontece no Parque do Ibirapuera (SP) a 11ª Bienal Internacional do Livro, apresentada pelos organizadores como o maior evento cultural da América Latina e um dos maiores do mundo. “Como mostra que combina a possibilidade de negócios entre profissionais do livro e exposição aberta ao público, a Bienal só é superada pelo Salão de Paris, uma vez que a famosa feira anual de Frankfurt se limita a editores, distribuidores e livreiros, enquanto a *American Bookseller Association*, norte-americana, restringe-se aos livreiros”, afirma Aloysio Teixeira Costa, gerente-geral da Câmara Brasileira do Livro.

Na sua décima edição, em 1988, a Bienal do Livro contou com a participação de 931 expositores nacionais e atraiu um público altamente expressivo: mais de 800 mil visitantes. Este ano, uma novidade é que os Estados Unidos passam a ter estande próprio, deixando de ser representados por importadores; e estarão presentes pela primeira vez a Coreia do Norte e o Iraque, ao lado

de mais de 20 nações que comparecem tradicionalmente à mostra

Biotechnologia tem feira no Anhembi

A utilização da biotecnologia em florestamento e reflorestamento será um dos temas abordados na II Feira e Congresso Nacional de Biotecnologia e I Feira e Congresso Latino-Americano de Biotecnologia. A Fenabio/Biolatina 90 está marcada para o Anhembi, de 16 a 20 de julho, com patrocínio da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia (Abrati), Sociedade Brasileira de Biotecnologia e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

Acondicionamento e embalagem de alimentos

De 12 a 16 de novembro tem lugar no Parque de Exposições da Porta de Versailles, em Paris, o Giapack — Salão de Acondicionamento e Embalagens na Alimentação. Estarão em evidência as novidades específicas do setor de acondicionamento de alimentos e o salão pretende reunir operadores, especialistas em materiais e os produtores de materiais e tecnologias.

Este ano, vários salões estarão reunidos no mesmo local: o GIA — Salão Internacional de Engenharia Industrial, Alimentar e Biológica e o Matic — Salão Internacional das Indústrias e Comércios de Alimentação de Origem Animal; eventos que mobilizam, a cada dois anos, cerca de 1.500 expositores e que, no último encontro, receberam mais de 60 mil visitantes profissionais. Também será realiza-

do um novo salão: o Gialogistic — Salão Internacional de Abastecimento, Estocagem, Movimentação e Distribuição nas Indústrias Agroalimentares. Maiores detalhes com a Promosalons Brasil, telefone: (011) 259-0138 — Fax: 259-5388 — São Paulo.

Congresso Florestal Brasileiro em setembro

Promovido pela Sociedade Brasileira de Silvicultura, o 6º Congresso Florestal Brasileiro, de 22 a 27 de setembro próximos, abordará o tema “Florestas e Meio Ambiente: Conservação e Produção, Patrimônio Social”. Em discussão toda a temática ligada ao meio ambiente e aos aspectos produtivos decorrentes do uso racional da florestal, com a participação de renomados técnicos nacionais e internacionais, além de representantes de universidades e entidades privadas.

Eucepa discute aditivos e cargas

O simpósio internacional de 1990 da Eucepa está marcado para 22 a 24 de outubro, na cidade espanhola de Barcelona. Em discussão os aditivos, pigmentos e cargas na indústria de celulose e papel, com a participação de especialistas de vários países europeus, dos Estados Unidos, Canadá e Coreia do Sul. A taxa de inscrição é de 50 mil pesetas até julho e 60 mil pesetas daí em diante. Informações e inscrições com a Asociación de Investigación Técnica de la Industria Papelera Española, caixa postal 33045, CEP 28080, Madrid, Spain; telex 49313 AIPE E; e fax 34-1-3572828.

INDÚSTRIA GRÁFICA REALIZA SEU 8º CONGRESSO EM AGOSTO

De 7 a 10 de agosto, está marcado para o Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, o 8º Congresso Brasileiro da Indústria Gráfica, organizado e patrocinado pela Abigraf Nacional.

A indústria gráfica brasileira reúne hoje 13.600 empreendimentos, gerando 250 mil empregos e movimentando uma receita anual de US\$ 3,6 bilhões. Pretende chegar à década de 90 pronta para conquistar todas as fatias de um mercado que cada vez mais exige produtos com melhor qualidade e maior diversidade. Para tanto, ela está investindo US\$ 400 milhões em aprimoramentos que tornarão o setor ainda mais competitivo.

Durante três dias de debates, todas as tendências tecnológicas e mercadológicas que compõem a indústria gráfica nacional estarão sendo abordadas por conferencistas nacionais e estrangeiros. Os temas irão desde processos produtivos e controle de qualidade até política industrial e questões relacionadas aos recursos humanos. Maiores informações e inscrições com a Abigraf, tel. (011) 231-4733; telex 1136094 e Fax (011) 231-4743.

Grafexpo 90

Acreditando no potencial da indústria gráfica brasileira, a Abigraf uniu-se à Lemos Brito Congressos e Feiras para a realização da Grafexpo 90, primeira feira do setor organizada pela Associação e que acontecerá paralelamente ao Congresso. Destinada aos fabricantes de produtos gráficos e correlatos, ela abre as suas portas para segmentos como os de cadernos, papel cartão, flexografia, fotogravura, impressão de livros, off-set, insumos e matérias-primas, formulários contínuos, encadernação, embalagens, editorial, microondulados e serigrafia, entre outros.

Excelência Gráfica

Divulgar os melhores trabalhos de cada um dos grupos de produtos oferecidos pela indústria gráfica é o principal objetivo do "Prêmio de Excelência Gráfica", que a Abigraf e a ABTGP promovem. Os ganhadores do concurso — que é disputado nas categorias livro, encadernação, revis-

tas, jornais, embalagens e rótulos e impressos diversos — serão conhecidos durante o 8º Congresso Brasileiro da Indústria Gráfica.

Monografias

Na busca de obras que contribuam para o enriquecimento e desenvolvimento da indústria gráfica nacional, a Abigraf e a ABTG criaram o "Concurso Brasileiro de Monografias sobre a Indústria Gráfica — Prêmio Ignaz Johan Sessler". Aberto a profissionais, técnicos, empresários e estudantes, aborda temas que vão desde os aspectos técnicos, econômicos e administrativos até os mercadológicos. Estarão concorrendo obras editadas a partir de janeiro/87 ou inéditas, que passarão por uma comissão julgadora composta por renomados profissionais do setor. Aos vencedores estarão reservados os seguintes prêmios:

- 1º lugar — 3.000 BTN's;
- 2º lugar — 1.500 BTN's;
- 3º lugar — 500 BTN's;
- 4º e 5º lugares — menção honrosa.

O regulamento do concurso poderá ser retirado diretamente na sede da ABTG ou solicitado pelo telefone (011) 231-4733 com Andréia.

Software Pantron agiliza cobrança de duplicatas

A Pantron — Produtos para Informática coloca à disposição das empresas o software Crédito e Cobrança Pantron/IPL, capaz de agilizar o pagamento de faturas, permitindo a emissão e o controle das duplicatas de forma veloz. Com capacidade de armazenar dados de 10 mil clientes e 50 mil títulos pendentes, o sistema possibilita também a emissão de relatórios sobre 19

serviços diferentes, entre eles: posição por banco; posição por contrato; posição do título por modalidade; razão de clientes; e borderô por filial.

Novas instalações da UV Pack em São Paulo.

Em novas instalações, no Jaguaré, em São Paulo, a UV Pack Acabamentos Gráficos inaugurou a sua primeira linha automática de envernizamento ultravioleta. Ainda este ano a empresa deverá instalar outra linha de envernizamen-

to, cujos custos adicionais são estimados em torno de US\$ 300 mil. O processo de envernizamento ultravioleta — um substituto mais barato da plastificação — é aplicado em produtos com alto brilho e boa resistência ao atrito, empregados em capas de discos, livros, cosméticos e embalagens em geral.

Relevo Araújo e Calcografia Banknote: trabalho conjunto.

A Relevo Araújo Indústrias Gráficas e a Calcografia

Banknote uniram-se para a produção de impressos de segurança protegidos contra qualquer possibilidade de falsificação. A iniciativa, além de aumentar a capacidade de produção e minimizar custos, visa oferecer maior segurança ao mercado, a partir da confecção dos impressos com vinhetas em talho doce e fabricados em torno geométrico com desenhos numismáticos ao fundo, protegidos de falsificação por meio de produtos químicos ou tinta invisível reagentes à luz ultravioleta.



Embalagens impressas em cartão DBC Papyrus.



NA EMBALAGEM, O PAPEL AINDA É INSUBSTITUÍVEL

No ano passado, o Brasil produziu 2,2 milhões de toneladas de papéis para embalagem.

É muito difícil imaginar, hoje, um produto chegando ao consumidor final sem que esteja envolvido em algum tipo de embalagem. Desde uma simples maçã comprada na feira da esquina até os mais sofisticados produtos chegam a esse consumidor revestidos por embalagens dos mais variados tipos, feitas com os mais diversos materiais. Entre estes, porém, um se destaca: o papel — o mais tradicional e de utilização cada vez maior —, que é verdadeiramente insubstituível.

A produção nacional de papéis para embalagens — cartão, cartolina e papelão ondulado — que, no ano passado, foi de aproximadamente 2 milhões 206 mil toneladas, tem sido suficiente para atender o mercado interno e ter uma ponderável parcela nas exportações (275 mil toneladas em 1989), além de mostrar uma clara

tendência de evolução para os anos 90. “Se há um setor que não tem motivos para se preocupar em relação às embalagens, é o setor papelero” — tranquiliza Manuel Vieira, presidente da Abre — Associação Brasileira de Embalagem. Para confirmar essa assertiva, ele lembra que nos Estados Unidos o papel vem mantendo o seu lugar de destaque no mercado de embalagens, apesar do plástico e outros tipos de materiais terem alcançado um bom desenvolvimento técnico. “Além disso, dos US\$ 8,5 bilhões consumidos em 1989 no Brasil na produção de embalagem, 40% são de papel” — contabiliza Vieira.

Para o presidente da Abre, a grande meta é aperfeiçoar a qualidade do papel para embalagem em níveis cada vez maiores, principalmente para determinados produtos que até há um certo tempo eram conside-

rados problemáticos. “Atualmente, a exportação de produtos úmidos como frutas, por exemplo, é feita em caixas de papelão ondulado, devidamente impermeabilizadas pelo lado de dentro” — afirma Vieira.

O fato da embalagem de papel ser um tipo que “nunca perderá o seu lugar ao sol”, na opinião de Manuel Vieira, não implica, contudo, uma recusa em aceitar avanços tecnológicos com outros tipos de materiais. “O casamento do papel com o plástico é um exemplo perfeito disso. Hoje, os sacos de cimento ou cal são mais resistentes à umidade do que os fabricados antigamente, em virtude da impermeabilização com fios de plásticos ou polietileno” — explica Vieira.

A busca por embalagens cada vez mais resistentes também é uma constante entre os fabricantes de papelão

ondulado, pois geralmente as condições de armazenagem e manuseio — quando realizadas de uma maneira indevida — acabam danificando o produto. “A caixa ideal para transporte é aquela que chega até o destino final com o produto em perfeitas condições, mesmo que ela própria esteja amassada ou deformada” — explica Waldyr Vinagreiro, gerente de marketing da Klabin, Divisão de Embalagem. Especializada em fabricar caixas de papelão ondulado, a Klabin realiza um completo serviço de assessoria ao cliente, desde a realização do projeto, passando pelas amostras de laboratório, até chegar ao controle de qualidade durante o processo produtivo.



Vinagreiro:
“Mesmo que a caixa amasse, o produto deve ficar protegido”.

Segundo Vinagreiro, as pessoas ainda não se deram conta dos prejuízos acarretados à economia quando as embalagens sofrem algum tipo de dano. “Acredito que houve uma evolução muito grande em relação à tecnologia da fabricação de embalagens, através de equipamentos mais sofisticados e mão-de-obra especializada. Infelizmente, todas estas conquistas podem se diluir na hora do transporte e manuseio, inutilizando uma quantidade considerável das mercadorias” — reclama. Vinagreiro explica que os fabricantes de papelão ondulado se preocupam em orientar os clientes e usuários, mostrando erros de armazenagem e manuseio e as possíveis soluções para isto. “Mas, a partir do momento em que a caixa vai para o cliente, perdemos o controle deste processo” — diz o gerente de marketing da Klabin.

Mercado constante

Como o papelão ondulado serve para embalar qualquer tipo de produto, o mercado lhe é favorável praticamente o ano inteiro, embora em determinadas épocas o consumo os-

cile muito. Segundo dados da ABPO — Associação Brasileira de Papelão Ondulado, o período de maior crescimento de consumo em 1989 foi em julho/agosto, quando se atingiu a marca das 105 mil toneladas/mês. Normalmente, a média mensal de consumo de papelão ondulado no Brasil gira em torno de 85 mil toneladas, o que transforma esse setor em uma espécie de termômetro da economia.

O fato de adaptar-se a qualquer produto faz com que, durante todo o ano, algum produto seja embalado com papelão ondulado. Exemplo: alimentos, eletrodomésticos, frutas etc.

“Como as embalagens de ondulado são destinadas exclusivamente para o transporte das mercadorias até o ponto de venda, graças a sua resistência, elas são exigidas pelos importadores para determinados produtos” — conta Vinagreiro. Ao mesmo tempo, ele lembra que as embalagens de cartão podem ser consideradas como “embalagem de consumidor”, protegendo os produtos nos próprios pontos de venda, como supermercados, *shopping centers* etc.

Na opinião dos principais fabricantes de papelão ondulado, o mercado mais promissor para a nova década será o dos produtos hortifrutícolas, pois existe uma expectativa de exportação muito grande nesse segmento. “E como no exterior o controle de qualidade é encarado com seriedade, os produtores vão ser muito exigentes na hora de embalar as mercadorias” — acredita Vinagreiro. Ele entende que a própria embalagem de papelão está se tornando mais confiável e que logo poderá substituir a sua principal concorrente, a caixa de madeira, além de levar vantagem em termos de custo e proteção ao meio ambiente, pois o papel é reciclável e sua matéria-prima vem de reflorestamento” — finaliza o gerente de marketing da Klabin.

A mudança de mentalidade dos fabricantes também pode ser sentida em relação ao aumento de consumo de embalagens de cartão no Brasil, principalmente nos produtos alimentícios. Ainda assim, este crescimento pode ser considerado bastante modesto. “Estamos engatinhando nesse campo, pois no exterior exis-

tem diversos tipos de embalagem feitos com cartão que não existem no Brasil, como margarina, óleos lubrificantes e até mesmo refrigerantes” — conta Thomaz Caspary, proprietário da Printconsult, empresa que realiza consultoria de artes gráficas e embalagens.



Caspary:
“Dentro de poucos anos, todos terão de adaptar-se à informática”.

Apesar desta diferença tecnológica, Caspary vem sentindo por parte das indústrias produtoras de embalagem uma preocupação em atrair os consumidores, criando modelos sofisticados e bem decorados, sem esquecer da proteção total à mercadoria e facilidade no transporte. “Não há dúvidas de que o *design* das embalagens tem uma importância fundamental na hora da venda, pois a primeira coisa que o consumidor irá olhar em um produto será a sua embalagem” — acredita (veja a *box*).

Problemas na especificação

A exemplo do que acontece com o setor de papelão ondulado, as embalagens de cartão também sofrem com descuidos do armazenamento e transporte. Calcula-se que em 1988 houve uma perda de produtos no valor de US\$ 270 milhões, em decorrência direta ou indireta de problemas com as embalagens. Como exemplo, Thomaz Caspary cita que, em supermercados das grandes ou pequenas cidades, as prateleiras estão lotadas de embalagens danificadas ou manchadas pelos produtos por elas embalados. “Além de existir uma completa falta de especificação e controle de qualidade, o fabricante opta por embalagens de preços mais baixos e, por isso, não conta com a tecnologia adequada” — acusa Caspary.


Através de muitos estudos, vêm se desenvolvendo no Brasil cartões com resistência à umidade, embora

ainda faltem no mercado cartões específicos para alimentos gordurosos. Uma outra prova dos avanços na fabricação de embalagens de cartão, segundo Caspary, pode ser encontrada nos embaladores de comida congelada. "Até algum tempo atrás, eles reclamavam que a umidade penetrava pelas bordas do cartão, fazendo com que ele se delaminasse. A Suzano e a Ripasa resolveram este problema fabricando cartões *hard-sized*, com colagem interna no cartão" — afirma. Estes cartões também estão sendo utilizados com sucesso para outros produtos que tenham contato com umidade.

Não é por mero acaso que os

exemplos de embalagem de cartão de alimentos são citados por Thomaz Caspary com maior frequência. Afinal, das cerca de 25 mil toneladas de cartão consumidas mensalmente pela indústria transformadora estima-se que 25% — algo em torno de 6.250 toneladas — são fornecidas à indústria de alimento. "Este é um segmento no qual o consumo sempre será elevado, pois a alimentação é essencial para a população, ao contrário de produtos de autopeças ou eletroeletrônicos" — compara Caspary.

Com diversos dados à mão, Caspary prevê que os segmentos de higiene e limpeza também deverão

crescer nos próximos anos, principalmente por uma mudança de mentalidade e cultura da população brasileira. Já dentro dos alimentos, uma fatia que aumentará consideravelmente é a de embalagem para alimentos congelados, que atualmente representa apenas 4%. "A atual escassez de mão-de-obra doméstica, aliada ao fato dos casais modernos não terem tempo de cuidar da casa, pois trabalham fora, resultará num aumento de consumo de fornos de microondas e, por conseqüência, de alimentos congelados" — afirma, lembrando que este quadro se refere a uma determinada camada social da população brasileira. 

E O COMPUTADOR CHEGA À EMBALAGEM

Além de proteger adequadamente o produto, facilitando o seu transporte e manuseio, a embalagem traz em si um forte apelo de venda, o que, logicamente, influencia o consumidor na hora da compra. "Sempre haverá a necessidade de se produzir recursos para chamar a atenção ou mostrar as diferenças com relação a produtos da mesma natureza" — apregoa Sérgio Rossi Filho, diretor técnico da Repro S.A. Estúdio Gráfico, empresa que cria design de embalagens por computador.

Este sistema, que chegou ao Brasil há dois anos, é considerado por Rossi como uma verdadeira "revolução" dentro da área gráfica. Segundo ele, pelo sistema tradicional, ninguém jamais conseguiria fotografar um produto várias vezes, no caso de um mesmo anúncio, mantendo exatamente o mesmo ângulo, sem invasão da própria cor do produto. "Nesse caso, eu teria que fazer inúmeros retoques, para que se igualassem todos os pontos, já pelo sistema computadorizado, nós colorizamos o produto no próprio computador, de acordo com as amostras de cores escolhidas pelo cliente" — explica.

Para Rossi, o melhor exemplo é comparar embalagens feitas pelo sistema tradicional e o atual, no qual a identidade de imagens é nítida. "Além do padrão de qualidade inigualável, a velocidade do novo processo é totalmente compensadora" — garante Rossi. Por este processo, o



Rossi Filho:
"Além da velocidade, a qualidade do processo é totalmente compensadora".

cliente não precisa esperar para ver o resultado do trabalho apenas na prova do fotolito. "Agora, ele pode acompanhar cada passo através do monitor e tem a possibilidade de mudar a cor ou a posição do produto na mesma hora" — diz.

Ao contrário do que possa parecer, os custos de um trabalho como este acabam sendo compensadores. "Até o momento da aprovação, não se gasta um único pedaço de filme, enquanto que, no sistema tradicional, provavelmente o cliente não irá aprovar tudo de primeira. Sempre existirá algum probleminha e então haverá nova prova e novo fotolito" — afirma Rossi. O custo do sistema computadorizado varia sobre a área produzida, através de uma tabela unificada elaborada pela Abigraf — Associação Brasileira da Indústria Gráfica.

A grande dificuldade na criação de um design de embalagens, segundo Sérgio Rossi Filho, acontece no lançamento de um produto. "Muitas vezes, a pessoa ainda não tem uma imagem ou idéia definitiva do que

ela quer e neste caso o processo de elaboração pode ser um pouco mais demorado. Mas, quando o produto já é conhecido ou possui algum similar, a coisa é bem mais fácil" — admite.

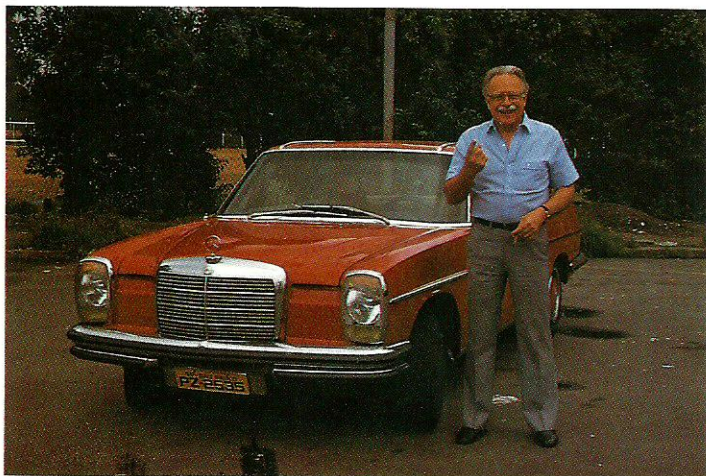
A receptividade do mercado está sendo muito boa, na opinião do diretor da Repro. Ainda assim, existe um grande segmento no setor de embalagens que está preocupado apenas com a proteção do produto, além de desconhecer as novas técnicas ou não saber que elas estão à disposição no Brasil. Entretanto, existem empresas bastante preocupadas em cuidar da sua imagem, através de detalhes, de recursos que apenas o sistema computadorizado pode oferecer.

Esta tecnologia pode ser aplicada a qualquer produto impresso ou que sofra processo de impressão, como é o caso dos rótulos. Contudo, existem produtos que não exigem técnicas tão sofisticadas para alcançar sucesso de vendas. "Gêneros de primeira necessidade como arroz, feijão, leite ou farinha não necessitam ter grande qualidade na embalagem para vender. É diferente, por exemplo, de uma embalagem de café para exportação" — compaña Rossi. Apesar de novo no Brasil, o sistema computadorizado já mostrou um caminho sem volta para as indústrias de embalagem. "Daqui a poucos anos, todos terão que se adaptar à informática, pois o sistema tradicional irá acabar" — prevê.

Gastão Campanaro

EXEMPLO DE UM HOMEM REALIZADO

Dinâmico e empreendedor aos 63 anos, ele atribui seu sucesso à esposa.



Gastão gosta de reformar pessoalmente velhos carros como este Mercedes. E garante que trabalha tão bem quanto os mecânicos.

momento psicológico, existindo um equilíbrio interno, onde você sente necessidade de expressão e realiza uma obra. Um quadro sempre retrata a expressão do que o pintor estava sentindo naquele momento” — ensina Campanaro,

Vocação precoce

A estreita ligação com as artes em nenhum momento se chocou com a verdadeira vocação de Gastão Campanaro no campo profissional, a engenharia. “Com seis anos eu era muito criativo e gostava de ficar montando casas de madeira, carros etc. Aos 13, então, tinha absoluta certeza de que queira cursar engenharia” — lembra. Nesta época, início da década de 40, a família Campanaro chegava a São Paulo, vinda de Poços de Caldas, para morar no bairro do Bixiga.

Após ingressar no curso de engenharia da Universidade Mackenzie, Gastão Campanaro conseguiu o seu primeiro emprego, em meados da década de 50, como professor de física da escola de formação de pilotos da Real Transportes Aéreos. “Naquele tempo, eu também fazia manutenção de aviões e apenas a pista de aterrissagem e decolagem de Congonhas era asfaltada, o resto era um barro só”,

Com o diploma de engenheiro civil nas mãos, além de pós-graduado em metalurgia, Gastão Campanaro teve uma proposta para trabalhar nas Indústrias Bardella. Mas, ele não se identificou com este ramo da engenharia. “Depois de um certo tempo percebi que aquilo não era exatamente o que eu queria, pois se tratava de uma atividade muito absorvente, onde não me sobrava tempo para a família” — afirma Campanaro,

A grande virada na vida profissional de Gastão Campanaro aconteceu em 1966, quando ele foi convidado

No Brasil, o aposentado normalmente fica relegado a passar o dia inteiro vendo televisão ou lendo jornal, sem exercer qualquer atividade profícua. Uma grande maioria, inclusive, guarda a mágoa de não ter realizado tudo aquilo que pretendia em sua vida profissional. Isto não se aplica a Gastão Estevão Campanaro que, após 24 anos trabalhando no setor de papel e celulose, resolveu aposentar-se para “curtir mais a vida”, sem contudo desligar-se totalmente do trabalho.

“Ainda me sinto com total disposição e potencial para realizar qualquer tipo de trabalho” — afirma Campanaro, 63 anos, paulista de Jundiaí. Por causa desta vitalidade, ele decidiu abrir duas empresas, uma de consultoria de marketing e outra de representações. Não passou muito tempo a uma delas, a Technique, já estava envolvida num projeto maior, o de dar consultoria mercadológica à Indústria de Papel e Celulose Arapoti (Inpacel), pertencente ao Grupo Bamerindus, que está instalando uma nova fábrica no Paraná para entrar no campo de papel de imprimir e escrever. “Mesmo assim, estou conse-

guindo disciplinar melhor o meu tempo e aproveitar muito mais os momentos de lazer, o que é perfeitamente natural para quem chega até a minha idade” — explica. E é nessas horas livres que Gastão Campanaro vive intensamente as suas “manias”: colecionar carros, pintar e, sobretudo, viajar.

“É fascinante você se relacionar com povos das mais diversas partes do mundo” — garante Campanaro, que fala fluentemente o inglês, francês e italiano, além de um pouco de alemão. Grande parte desses conhecimentos lingüísticos foi adquirida em suas constantes viagens para a Europa e as três Américas, tanto em férias como a negócios.

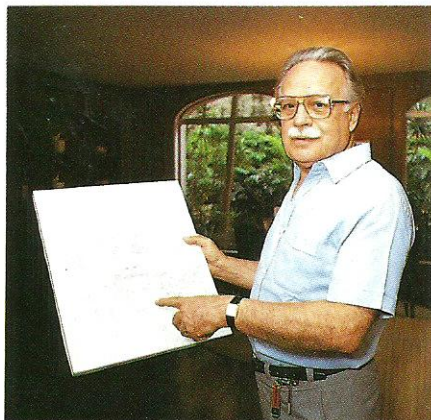
Já a paixão por carros é uma coisa mais recente. Gastão Campanaro costuma dizer que coleciona carros de “meia idade”, utilizando-os inclusive no dia-a-dia. Na verdade, trata-se de modelos dos anos 60 e 70, que são totalmente reformados numa oficina que pertence ao próprio Campanaro e onde ele chega a trabalhar com os mecânicos.

Já quando o assunto é pintura, alguma dose de isolamento se impõe. “Para pintar, é necessário haver um certo

para trabalhar no Grupo Suzano, numa atividade totalmente nova para ele, que era celulose e papel. Ali, começou como assistente da diretoria, passando para a assistência técnica, gerência de vendas e gerência de marketing, até ser convidado para trabalhar na Champion, em 1975. Chamado para ocupar o cargo de gerente geral de vendas, Campanaro partiu depois para a gerência divisional de vendas, e por último, a gerência divisional geral de marketing. “Nesse cargo, a pessoa tem uma visão macro da atividade de vendas”

Gastão Campanaro gosta muito de lembrar sua atuação junto à ABTCP — Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. “Na época em que ingressei no setor, já sentia a necessidade de congregar todos os homens de vendas em uma associação, para dar a este profissional melhores conhecimentos técnicos do produto que ele estava vendendo” — conta Campanaro,

Em 1979, ele começou a freqüentar a então ABCP. Já no ano seguinte,



A pintura é outro de seus hobbies. Atualmente, faz o retrato da esposa.

foi convidado para ser diretor de divulgação, função que desempenhou até 1984, sempre por indicação dos novos presidentes. Em 1985, foi vice-presidente na gestão de Cláudio de Campos e dois anos depois ocupou a presidência, deixando o posto no último mês de novembro.

Um dos trabalhos que mais causa orgulho em Campanaro é o convênio realizado entre a ABTCP e a Escola

Politécnica da USP, em nível de pós-graduação; com as Faculdades Oswaldo Cruz, em nível de formação, e com o Senai, no nível básico. “Se conseguirmos canalizar 5% desse pessoal para a indústria de papel e celulose, o setor irá ganhar, e muito. E tenho certeza de que os alunos da primeira turma, que se formou no ano passado, serão os agentes propagadores de uma nova mentalidade. A área de recursos humanos precisa ser tratada com carinho” — afirma.

Consciente de sua importância dentro do setor, Gastão Campanaro se considera um homem realizado profissionalmente. “O importante não é o que você construiu e sim estar plenamente satisfeito consigo mesmo, consciente de ter feito um trabalho honesto” — ensina. Mas, para Campanaro, a receita da realização completa não está apenas no trabalho. “Costumo dizer que a mulher certa é tudo para um homem e a minha sempre foi, fornecendo suporte, estrutura e segurança. Talvez este seja o segredo de um homem realizado”.



A idade da Construtora Lix da Cunha é fora do comum: ela está completando 2.060 obras.

Os 66 anos da Lix da Cunha são 66 anos de experiência e de construção. A cada ano que passa, ela se torna mais jovem e atual. É que toda essa tradição de mais de 2.000 obras construídas formou uma base sólida, a única capaz de sustentar uma construtora grande, moderna e arrojada. Ela hoje participa ativamente da expansão do setor de papel e celulose estando presente na Aracruz Celulose S.A. (ES), Inpacel - Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A. (PR), Bahia Sul Celulose S.A. (BA) e Cia. Melhoramentos de São Paulo S.A. (SP).



CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

Nossas obras fazem o nosso nome.

QUEM É QUEM NO NOVO GOVERNO

Cada mudança de governo impõe uma atualização de informações sobre as autoridades com quem será necessário relacionar-se. Para facilitar esta tarefa relacionamos os nomes que mais têm a ver com o setor celulósico-papeleiro.

Presidência da República

Presidente: Fernando Affonso Collor de Mello

Nascido em 12/08/49, no Rio de Janeiro, é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas e jornalista profissional. Foi presidente da Organização Arnon de Mello (TV Gazeta de Alagoas, rádios AM e FM e gráfica), prefeito de Maceió (1979/82), deputado federal (1982/86) e governador de Alagoas (1987/89), quando alcançou projeção nacional por combater os privilégios dos altos escalões do funcionalismo público. Venceu os dois turnos da eleição presidencial de 1989.

Chefe do Gabinete Civil: Marcos Coimbra

Nascido em 01/06/27, em Curvelo (MG), fez os cursos de Preparação à Carreira de Diplomata e Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco. Foi vice-cônsul em Lisboa, segundo secretário em Assunção e Havana, primeiro secretário em Lisboa, Ancara e Tóquio, ministro plenipotenciário em Bucareste e Pretória e embaixador em Freetown, Abidjan, Uagadugu, Cairo, Cartum, Ottawa e Atenas.

Secretário de Assuntos Estratégicos: Pedro Paulo Leoni Ramos

Com 30 anos, é um dos mais jovens integrantes da equipe de Collor. Era sócio da RPM, empresa de intermediação de financiamentos para o setor agropecuário junto a bancos estatais; da Norte-Mar, especializada na criação de camarões e na empresa de ônibus Xavante. Faz parte do reduzido grupo de amigos íntimos de Collor em Brasília e supervisionou o comitê central de sua campanha à Presidência da República.

Ministério da Economia

Ministra: Zélia Maria Cardoso de Mello

Nascida em 20/09/53, em São Paulo, é doutora em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP. Foi funcionária da Cecip e Banco Auxiliar de São Paulo, consultora da Dummont Assessoria, economista na embaixada brasileira na Inglaterra, diretora da Cia. de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo, secretária de Controle Financeiro

do Setor Público do Ministério da Fazenda e sócia-diretora da ZLC Consultores.

Secretário Especial de Política Econômica: Antônio Kandir

Nascido em 02/05/53, é engenheiro pela Escola Politécnica da USP e doutor e mestre em Economia pela Unicamp. Foi pesquisador do Ipea e do Cebrap, consultor da Presidência do Banespa, consultor da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo e professor do Instituto de Economia da Unicamp. É autor do livro "A Dinâmica da Inflação" (Editora Nobel, 1989).

Presidente do Banco Central: Ibrahim Eris

Nascido na Turquia e naturalizado brasileiro, formou-se em Economia e Estatística em sua terra natal. Transferiu-se então para os EUA, onde fez mestrado e doutorado na Universidade de Vanderbilt, no Tennessee. Veio para o Brasil em 1974, a convite de Affonso Celso Pastore. Foi professor na Faculdade de Economia e Administração da USP e auxiliar de Delfim Netto no Ministério do Planejamento. Construiu invejável patrimônio como sócio da empresa de consultoria MBE e da Distribuidora Linear.

Presidente do BNDES: Eduardo Modiano

Doutor em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (EUA), o engenheiro Eduardo Modiano foi um dos pais do Plano Cruzado. Depois de criar a tabela de conversão do cruzeiro em cruzado (a famosa "tablita"), foi um dos primeiros a sair do Governo Sarney, desencantado com os rumos da política econômica. Filho de um milionário exportador de café, Modiano dividia seu tempo entre aulas na PUC e consultoria prestada a várias empresas.

Diretor do BNDES: Octávio Augusto Fontes Tourinho

Analista de sistema formado pela PUC/RJ, com especialização nos EUA, é funcionário concursado do BNDES e trabalhou longo tempo no Ipea.

Diretor do BNDES: José Pio Borges de Castro Filho

Nascido em 13/01/48, no Rio de Janeiro, graduou-se em Engenharia Mecânica e fez pós-graduações em Engenharia Industrial e Finanças, doutorando-se pela New School of Social

Research de Nova York (EUA). Foi diretor do Banco da Bahia de Investimentos e da Petroquímica da Bahia, além de presidente da Pronor Petroquímica. De 1975 a 1985, foi funcionário do BNDES.

Secretário Nacional de Planejamento: Marcos Gianetti Fonseca

Economista formado pela USP, com doutorado nos EUA, foi secretário da Fazenda do Estado de São Paulo no governo Montoro.

Secretário Nacional de Economia: João da Silva Maia

Nascido em 20/09/53, o paraibano João Maia é economista e se destacou como secretário de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro.

Secretário-adjunto de Economia: João Rodrigues da Cunha Neto

Nascido em 08/03/50, na capital paulista, o advogado Cunha Neto foi diretor da Cotia Comércio, Exportação e Importação; da Cotia Internacional e da Rodrigues da Cunha Distribuidora de Valores Mobiliários.

Chefe do Departamento de Abastecimento e Preços: Edgar Antônio Pereira

Nascido em 03/03/59, em Campinas (SP), é mestre em Economia Industrial e leciona matemática e economia na Unicamp. Foi coordenador de preços industriais no Conselho Interministerial de Preços.

Coordenador de Preços Industriais do Departamento: Benedito Fonseca de Souza Adeodato

Nascido em 14/10/58, em Sobral (CE), é economista e chefiava o Departamento de Orçamento da Finep.

Chefe do Departamento de Comércio Exterior (Decex): José Arthur Denot Medeiros

Nascido em 23/09/43, na cidade do Rio de Janeiro, o diplomata de carreira Denot Medeiros era embaixador brasileiro no Suriname quando foi chamado para chefiar o Decex.

Coordenador Técnico de Tarifa do Decex: Honório Kume

Nascido em 27/09/49, em Santos (SP), o economista Honório Kume era coordenador de Pesquisas da Funcex.

Coordenador Técnico de Intercâmbio Comercial do Decex: Maurício Souza Assis

Nascido em 22/09/44, em Juiz de Fora (MG), o economista Maurício Assis chefiava o Depar-

tamento de Matéria-Prima e Produtos de Base do Decex.

Coordenador Adjunto de Produtos Agropecuários e Extrativos do Decex: Alencar D'Ávila

Nascido em 28/03/54, em Ubá (MG), o economista Alencar Magalhães era chefe adjunto do mesmo departamento.

Coordenador Adjunto de Normatização e Documentação do Decex: Eduardo dos Santos Lobo

Nascido em 11/11/33, na cidade do Rio de Janeiro, o economista Eduardo Lobo chefiava o setor de Matérias Intermediárias.

Coordenador Adjunto de Promoção e Informação Comercial do Decex: Nelson Bonfim Ribeiro

Nascido em 07/02/40, em Ilhéus (BA), o economista Nelson Ribeiro era gerente adjunto da Gerência de Financiamento à Produção para Exportação.

Secretário da Receita Federal e da Polícia Federal: Romeu Tuma

Dirigiu o antigo Dops de São Paulo durante os governos militares, mantendo sempre um comportamento ético e se relacionando bem com políticos e empresários. Com as mudanças no órgão após a posse do governador Franco Montoro, saiu para assumir a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. Depois, na Nova República, foi convidado a responder pela direção-geral da PF em Brasília, quando descobriu a ossada do nazista Mengel, deportou o mafioso Buschetta e caiu boi gordo no pasto.

Secretaria Especial do Meio-Ambiente

Secretário: José Antônio Lutzenberg

Nascido em 17/12/26, em Porto Alegre, é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e fez pós-graduação em Agroquímica e Ciência do Solo na Louisiana University (EUA). Fez carreira como assessor técnico de empresas nacionais e depois da Basf alemã. Treze anos depois, abandonou esta multinacional por questões de consciência ecológica e voltou ao Brasil, onde prestou serviços de consultoria em agricultura biológica, paisagismo, saneamento natural etc.

Secretário Adjunto: Altino Berthier Brasil

Nascido em 11/07/48, em Barras (PR), é militar reformado e professor de Pedagogia.

Diretor de Planejamento e Coordenação de Política Ambiental: Bruno Pagnoccheshi

Nascido em 22/10/49, na capital paulista, é engenheiro civil e lecionava na Universidade de Brasília.

Chefe do Departamento Técnico, Científico e de Cooperação: Eduardo de Souza Martins

Geólogo e ecologista, era analista de desenvolvimento científico do Museu Emílio Godinho.

Presidenta do Ibama: Tânia Maria Tonelli Munhoz

Nascida em 14/07/45, a gaúcha Tânia Munhoz é mestra em Planejamento na França e socióloga. Funcionária pública de carreira, exercia funções técnicas no Ipea.

Diretor de Recursos Naturais do Ibama: José Carlos Carvalho

Nascido em 05/09/52, em Jerônimo Monteiro (ES), o engenheiro florestal José Carvalho atuava no IES e já foi secretário-geral do IBDF.

Ministério das Relações Exteriores

Ministro: José Francisco Rezek

Nascido em 18/01/44, em Cristina (MG), graduou-se em Direito na UFMG e fez doutorado em Direito Internacional Público na Universidade de Paris. Desenvolveu intensa atividade no magistério superior. Ingressou no Ministério Público Federal como Procurador da República de primeira categoria, em 1972. Em 1979, foi nomeado Subprocurador Geral da República e, em 1983, ministro do Supremo Tribunal

Federal. Tornou-se conhecido nacionalmente como presidente do Tribunal Superior Eleitoral quando da realização da primeira eleição presidencial desde 1960.

Ministério da Infra-Estrutura

Ministro: Ozires Silva

Nascido em 08/01/31, em Bauru (SP), formou-se em Engenharia Aeronáutica no ITA e tem o título de Mestre em Ciência Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Califórnia. Militar reformado, foi o primeiro diretor-superintendente da Embraer, deixando o cargo para assumir a presidência da Petrobrás em 1986. Dirigiu a estatal do petróleo durante dois anos, enfrentando dificuldades no relacionamento com os altos escalões da empresa. Em 1989, desenvolveu pregação liberal e chegou a ser cogitado para candidato à eleição presidencial

Secretário Nacional de Energia: Rubens Vaz da Costa

Nascido em Garanhuns (PE), o economista Vaz Costa, 62 anos, foi secretário da Fazenda do Estado da Bahia, presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, secretário de Planejamento do governo paulista, presidente do BNH, superintendente da Sudene e diretor para a América do Sul do BID.

Ministério da Justiça

Ministro: José Bernardo Cabral

Nascido em 27/03/33, em Manaus, formou-se em Direito, Psicologia e Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Começou a advogar em 1954, tornando-se três anos depois o secretário de Segurança Pública do Amazonas. Elegeu-se deputado estadual em 1962 e deputado federal pela Amazonas em 1966. Teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos pelo AI-5 em 1969. Passou a exercer a advocacia no Rio de Janeiro e foi conselheiro, secretário geral e, finalmente, presidente da OAB. Eleito deputado federal pelo Amazonas em 1986, projetou-se como relator geral da Constituinte.

Ministério da Agricultura

Ministro: Antônio Cabrera Mano Filho

Nascido em 28/09/60, em Gastão Vidigal (SP), graduou-se na Faculdade de Veterinária de Jaboatão e passou a aplicar seus conhecimentos nas fazendas de sua família. Estimulou os pequenos produtores da região ao aperfeiçoamento tecnológico e ao associativismo. Destacou-se como um dos líderes mundiais das organizações de "Jovens Produtores".

Ministério do Trabalho e Previdência Social

Ministro: Antônio Rogério Magri

Nascido em 26/10/41, em Mococa (SP), trabalhou nas indústrias Induscal e Ramenzoni, ingressando em 1963 na Eletropaulo, e aí permanecendo até assumir o Ministério. Projetou-se como presidente do Sindicato dos Eleticitários de São Paulo e um dos lançadores da corrente do "sindicalismo de resultados", que privilegia a obtenção de conquistas reais para os trabalhadores. Em 1989, foi eleito presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores.

Ministério da Saúde

Ministro: Alcení Ângelo Guerra

Nascido em 11/07/45, em Soledade (RS), formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná e fez pós-graduação em Pediatria.

Dividiu suas atividades entre a medicina e os dois mandatos consecutivos como deputado federal pelo Paraná, de 1983 em diante. Presidiu a Associação Médica do Paraná em 1976. Foi coordenador nacional da campanha de Fernando Collor à Presidência da República.

Ministério da Educação

Ministro: Carlos Alberto Gomes Chiarelli

Nascido em 03/05/40, em Pelotas (RS), formou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e fez pós-graduações nas universidades de Madri, Roma e Colônia. Elegeu-se deputado federal em 1979 e senador em 1983. Foi membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho. Tem várias obras publicadas sobre Direito do Trabalho e legislação rural.

Ministério da Ação Social

Ministra: Margarida Maria Maia Procópio

Nascida em 26/12/39, em Maceió, graduou-se em Assistência Social e fez pós-graduação em Administração Pública. Depois de iniciar carreira como assistente social, atuando na Petrobrás e outras empresas, ocupou cargos nas gestões de Fernando Collor: secretária de Administração de Maceió e subsecretária do Gabinete Civil de Alagoas. Depois, passou a secretária para Assuntos do Gabinete Civil do governo Moacir Andrade, em Alagoas. Foi diretora da LBA.

Secretaria da Ciência e Tecnologia

Secretário: José Goldemberg

Nascido em 27/05/28, em Santo Ângelo (RS), formou-se em Ciências na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, por onde se tornou doutor e livrê docente; além disto, fez pós-graduação nas universidades de Saskatchewan (Canadá) e Illinois (EUA). Foi presidente da Companhia Paulista de Força e Luz, da Eletropaulo, da Comgás e da Companhia Energética de São Paulo. Ocupava o cargo de secretário de Educação do Estado de São Paulo.

Secretaria de Desportos

Secretário: Arthur Antunes Coimbra

Nascido em 03/03/53, na cidade do Rio de Janeiro, o jogador Zico foi grande destaque do futebol nacional. Atuou pelo Flamengo e Udinese, tendo disputado três Copas do Mundo pela Seleção Brasileira.

Secretaria de Comunicação Social

Secretário: Cláudio Humberto Rosa e Silva

Jornalista profissional, trabalhou no "Jornal de Alagoas", "Tribuna de Alagoas" e "Gazeta de Alagoas", tendo sido também colaborador do "Pasquim". Pertenceu à diretoria do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas entre 1982 e 1984. É o homem de imprensa de Fernando Collor desde 1982 e foi secretário de Comunicações do governo alagoano.

Secretaria de Cultura

Secretário: Ipojuca Pontes

Paraibano de 48 anos, o cineasta Ipojuca Pontes fez vários documentários de curta-metragem e é o autor de três filmes exibidos comercialmente: "Canudos", "A Volta do Filho Pródigo" e "Pedro Mico". Também dirigiu duas peças teatrais e trabalhava ultimamente como entrevistador na TV Educativa do Rio de Janeiro.

3º ENPAPEL

Encontro Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose

Promoção:

Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose
Associação Brasileira de Exportadores de Celulose

Realização:

Associação Paulista dos Fabricantes de Papel e Celulose

OBSTÁCULOS À COMPETITIVIDADE DO SETOR CELULÓSICO-PAPELEIRO

O mais importante evento do setor ocorrerá nos dias *2 e 3 de agosto* próximo, no Centro de Convenções do Centro Empresarial de São Paulo. O Enpapel é o principal fórum de debates dos fabricantes de celulose e

papel, propiciando a análise e o diagnóstico dos problemas desse importante segmento da indústria nacional, assim como a fixação de suas diretrizes, estratégias e ações futuras.

Maiores informações, pelo telefone (011) 285-6233



O equipamento serve para testes de matéria-prima em laboratórios industriais.

Gehaka lança espectrofotômetros

A Eletro-Eletrônica Gehaka, empresa do grupo Kaufmann, está lançando uma família de espectrofotômetros digitais. Trata-se de equipamentos utilizados em laboratórios industriais para testes de matérias-primas e compostos, podendo também ser aplicados em laboratórios químicos e farmacêuticos para análises precisas. Apresentados nos

modelos G-2010, G-3410 e G-4070, estes aparelhos servem para efetuar análises espectrofotométricas na região visível e ultravioleta. Possuem base em monobloco que proporciona maior estabilização de leitura e compartimento de análises estanque que elimina a possibilidade de contaminação do equipamento.

Novas peneiras vibratórias da Faço

Destinada a indústrias de papel e celulose, além de fábricas de aglomerados, uma nova linha de peneiras vibratórias está sendo colocada no mercado brasileiro pela Boliden Allis/Fábrica de Aço Paulista (Faço). As novas peneiras foram desenvolvidas a partir de tecnologia canadense — da Burnaby Machine & Mill Equipment Ltd. Utilizadas em cavacos de madeira, caracterizam-se por sua alta produção e máximo contro-

le de vibração. A transmissão de vibrações para as estruturas de apoio é minimizada graças ao balanceamento horizontal e vertical de que o equipamento é dotado. Além disso, o sistema de suspensão é realizado através de juntas universais, possibilitando que as estruturas de suporte das peneiras sejam mais leves, o que representa sensível redução de custos para os usuários das máquinas.

Inpacel usará caldeiras Zanini

Duas caldeiras Zanini-Foster Wheeler serão instaladas na Indústria de Papel e Celulose Arapotí (Inpacel), a fábrica que o grupo Bamerindus está construindo no município paranaense de Arapotí. O contrato com a Zanini prevê que as duas caldeiras estarão implantadas na Inpacel já no primei-

ro semestre de 1991. Equipadas com grelha rotativa para queima de biomassa, as duas caldeiras deverão gerar, cada uma, 100 t/h de vapor saturado a uma pressão de 15 kg/cm². O valor total do contrato é de aproximadamente US\$ 10 milhões.

Santa Therezinha muda logomarca para Santher

A Fábrica de Papel Santa Therezinha está lançando um rolo de papel higiênico com 80 metros — o dobro da metragem usual das marcas disponíveis no mercado. O papel utilizado é o mesmo do Personal tradicional e o diâmetro do canudo interno foi reduzido de 4,5 cm para 3,7 cm. Outra novidade da

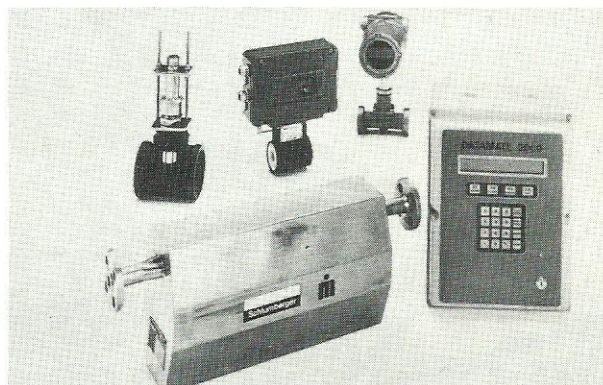
empresa é a mudança de logomarca, para projetar uma imagem mais moderna. Assim, a marca foi abreviada para *Santher* — junção das duas palavras que compõem o nome da companhia — e se concebeu um logotipo de aparência mais dinâmica, para transmitir a idéia de evolução.

Produção de papel cresce 6,1% em março

A produção de papel, em março último, foi de 414.309 toneladas, com um crescimento de 6,1% em relação ao mesmo mês de 1989 (390.510 t). Segundo os dados da ANFPC, foram produzidas em março 11.170 t de papéis especiais, 36.691 t de papéis para fins sanitá-

rios, 20.657 t de papel de imprensa, 42.845 t de cartões e cartolinas, 32.090 t de papéis para escrever, 192.214 t de papéis para embalagens e 78.642 t de papéis para impressão. Finalmente, a produção de celulose foi de 332.519 t.

Omel firma acordo com a Schlumberger

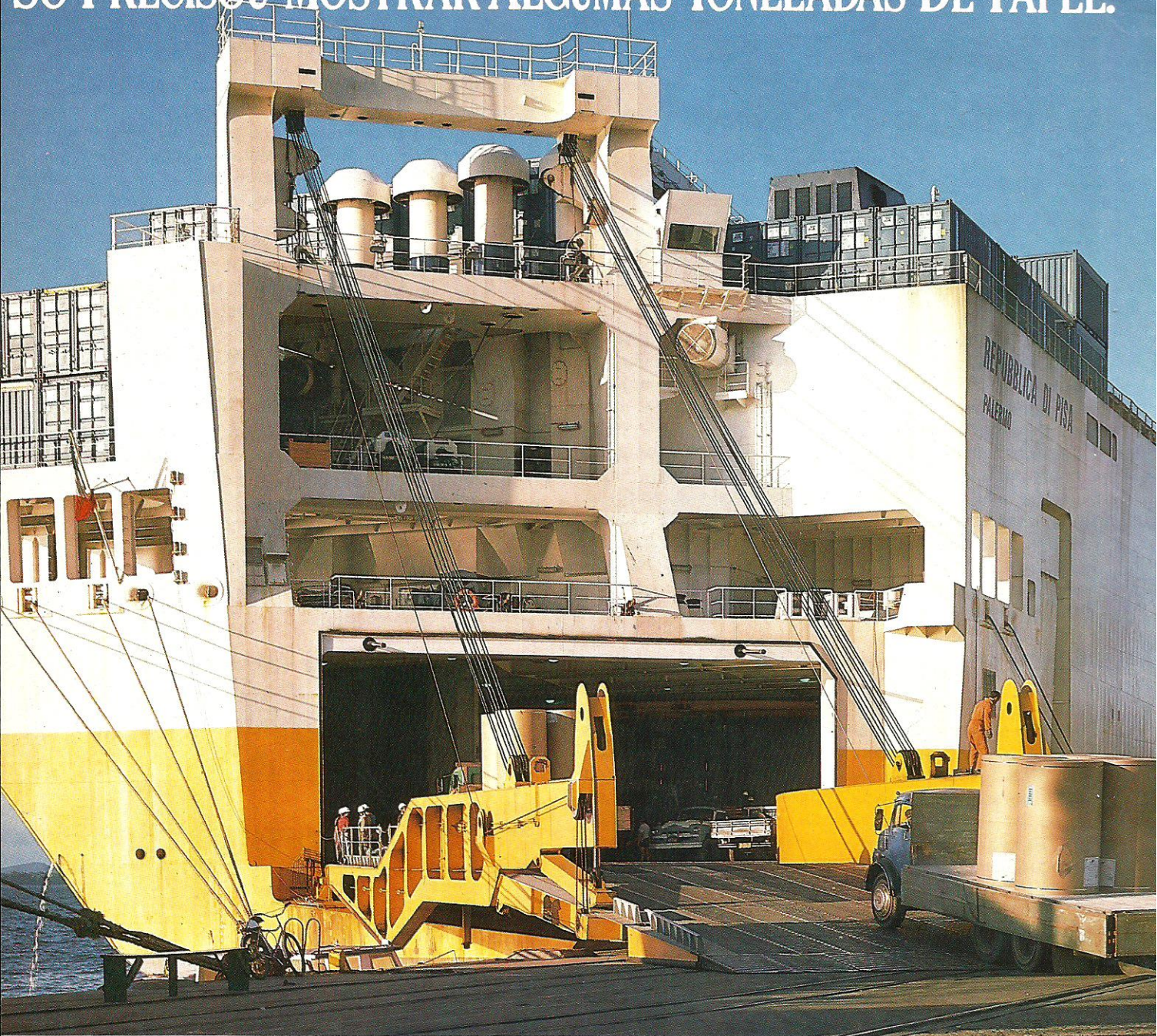


Está sendo lançada uma linha de medidores de vazão.


A Omel, fabricante nacional de bombas, compressores e instrumentos de medição, acaba de firmar um acordo comercial com a empresa norte-americana Schlumberger Industries, que lhe permitirá ampliar a oferta de instrumentos de medição e controle de processos. Assim, a Omel agora está comercializando com exclusividade no mercado brasileiro os medidores de vazão Mássico (efeito Coriolis) do tipo Vortex; eletromagnéti-

cos microprocessados do tipo turbina e por deslocamento positivo (pistão oscilante e disco de nutação); controladores de processo e conversor frequência-corrente. O acordo é encarado pela Omel como um passo importante no sentido de aumentar os fornecimentos para indústrias brasileiras que utilizam processos de controle complexos, como as do setor celulósico-papeleiro.

PARA A KLABIN ENTRAR NA EUROPA, SÓ PRECISOU MOSTRAR ALGUMAS TONELADAS DE PAPEL.



PORTO DE PARANAGUÁ, PR - CARREGAMENTO DE PAPEL NO NAVIO REPUBLICA DI PISA, ESPECIALIZADO NO TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS.



OS PRODUTOS DA KLABIN, PRINCIPALMENTE O PAPEL PARA EMBALAGEM KRAFTLINER E A CELULOSE BRANQUEADA DE EUCALIPTO, TÊM GRANDE ACEITAÇÃO NA EUROPA E EM OUTRAS PARTES DO MUNDO, DEVIDO À SUA ALTA QUALIDADE E CUSTOS COMPETITIVOS.

PARA CHEGAR A ESSE PONTO, FOI PRECISO UM

TRABALHO PERMANENTE NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS CLIENTES INTERNACIONAIS, INCLUSIVE COM A CRIAÇÃO DA SUBSIDIÁRIA KLABIN FOREST PRODUCTS N.V., LOCALIZADA EM ANTUÉRPIA, NA BÉLGICA. E O RESULTADO DESSE "CLIENT SERVICE" DE ALTO NÍVEL FOI A EXPORTAÇÃO DE US\$ 192,7 MILHÕES EM 1988.

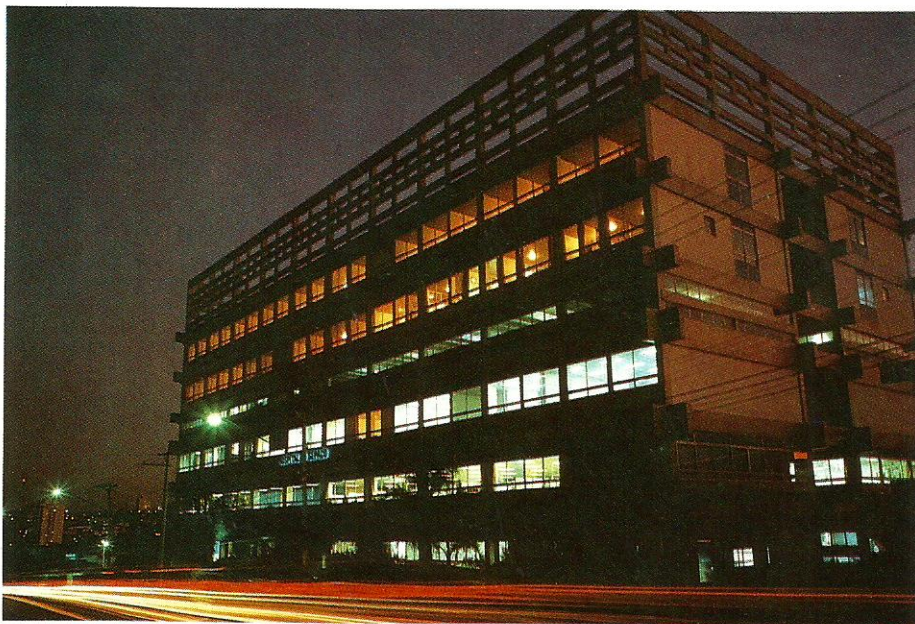
KLABIN. O MELHOR VISTO DE ENTRADA EM QUALQUER PARTE DO MUNDO. *



Indústrias Klabin
Papel e Celulose

PRÊMIO ECO PROVOCA EMOÇÃO

O dr. Jamil Nicolau Aun ficou orgulhoso de ver o Hospital do Sepaco reconhecido como uma importante contribuição empresarial à comunidade.



O hospital ocupa um prédio de nove pavimentos na tradicional rua Vergueiro.

“**T**udo que desejo é ter força para continuar trabalhando e contribuindo para a resolução dos nossos graves problemas sociais.” A frase traduz a emoção com que o presidente do Sepaco — Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo, dr. Jamil Nicolau Aun, recebeu no último dia 16 de maio, no Clube Naval de Brasília, o Prêmio Eco de Contribuição Empresarial à Comunidade, outorgado ao Hospital do Sepaco na categoria “Excelência de Apoio à Saúde”.

Fundado há 34 anos pelo empresário Omar Simão Racy e o operário Olavo Previatti, o Sepaco começou funcionando numa casa adaptada. É presidido desde 1967 pelo dr. Jamil, que se orgulha de vê-lo transformado, hoje, “num hospital-modelo, um verdadeiro padrão de saúde, reconhecido pela classe médica nacional e por várias organizações internacionais que

têm enviado missões ao Brasil para conhecer esta experiência vitoriosa”.

Ocupando um prédio de nove pavimentos no bairro paulistano de Vila Mariana, o Hospital do Sepaco realizou no ano passado 288 mil consultas, 6.810 cirurgias, 325 mil exames laboratoriais e 42 mil exames de raio X.

Apesar dos números expressivos deste balanço, o dr. Jamil enfatiza que “o importante, para nós, não a quantidade de pessoas atendidas, mas a qualidade do atendimento prestado”. Neste sentido, ele lembra que cada um dos 110 médicos tem a liberdade de agendar quantas consultas e cirurgias considerar conveniente, sem que a instituição imponha um número mínimo obrigatório.

Outro detalhe que o dr. Jamil faz questão de ressaltar: a inexistência de enfermaria. “Aqui, os pacientes são internados automaticamente em quarto com banheiro privativo. E é tudo gratuito, justificando a afirma-

ção de que o Hospital do Sepaco é um Inamps que deu certo.”

Alto padrão

O diretor geral do Instituto de Coação (Incor) da Faculdade de Medicina da USP, dr. Fúlvio Pileggi, resalta que o Hospital do Sepaco é um exemplo bem-sucedido de colaboração entre capital e trabalho. “Do entrosamento entre patrões e empregados resultou um hospital que dá uma assistência de saúde de alto padrão, tanto que, quando quisemos estender nossos serviços, escolhemos o Hospital do Sepaco”, afirma o dr. Pileggi, referindo-se ao convênio pelo qual a cada dia um paciente é operado no Hospital do Sepaco pela equipe do Incor. Para o dr. Pileggi “foi muito justo” o Prêmio Eco recebido e, se outros setores imitassem este exemplo, “mudaria todo quadro de saúde do País”.



O jornalista Pedro Cafardo entrega o troféu ao dr. Jamil Nicolau Aun.

E ele explica o porquê. De acordo com sua experiência, difícil não é construir hospitais mas sim administrá-los convenientemente: “Os grandes problemas aparecem quando começa a funcionar”. As despesas com saúde são cada vez maiores em qualquer lugar do mundo, segundo o dr. Pileggi. “Até os Estados Unidos, que

gastam US\$ 620 bilhões por ano, têm problemas terríveis”, garante o diretor do Incor, lembrando que o orçamento do Ministério da Saúde brasileiro não chega a US\$ 10 bilhões. Daí sua conclusão de que os governos não podem cuidar sozinhos desta área crítica, o que torna imprescindível a participação da iniciativa privada.

Ótimo exemplo

Além disto, o empresariado também tem outra contribuição a dar, na visão do dr. Pileggi: disseminar uma mentalidade mais austera na gestão dos recursos, privilegiando a eficiência. “A iniciativa privada adquiriu, ao longo dos tempos, uma capacidade administrativa que o Estado ainda não tem. E o melhor exemplo disto é o próprio Hospital do Sepaco, que preenche os dois requisitos básicos para uma instituição de saúde funcionar a contento; a existência de recursos e seu aproveitamento racional”, conclui o diretor do Incor.

O Prêmio Eco foi criado em 1982

pela Associação Nacional das Câmaras Americanas de Comércio no Brasil, com o objetivo de identificar as mais relevantes contribuições empresariais à comunidade e “divulgar para o setor privado essa atuação louvável, na esperança de que outras empresas adotem iniciativas semelhantes”, conforme explica o presidente da Associação, Christopher Lund.

Conscientizar o empresário de que ele tem uma função social a cumprir é uma das tarefas a que Lund se propõe, usando inclusive o argumento de que “boas relações comunitárias e bons negócios andam de mãos dadas”. O resultado vem sendo dos mais auspiciosos. Nestes nove anos, cerca de 400 empresas apresentaram projetos para candidatar-se ao Prêmio Eco, passando pelo crivo de um júri de jornalistas. A idéia de inscrever o Hospital do Sepaco foi do GT-2 (Divulgação) da ANFPC, que fez o contato e preparou toda a documentação para enviar à Comissão Julgadora. “Quando recebi a notícia de que havíamos ganho o Prêmio Eco, a emoção foi

tão forte que eu não sabia se chorava ou ria de tanta alegria”, lembra a coordenadora do GT-2, Sandra Pegorelli.

Um dos integrantes do júri, este ano, foi o editor de Economia do jornal *O Estado de S. Paulo*, Pedro Cafardo. Ele não esconde ter ficado “emocionado” com a atividade desenvolvida pelo Hospital do Sepaco. “Eu confesso que dei uma nota muito alta e fiquei bastante satisfeito em tomar conhecimento de uma iniciativa que preenche com tanta felicidade essa lacuna existente no atendimento da população. É um trabalho realmente meritório e que dá um ótimo exemplo aos demais setores”, garante Cafardo.

O troféu conquistado, o *book* preparado para a Comissão Julgadora do Prêmio Eco, publicações a respeito e uma fita de vídeo registrando a solenidade, estão em exibição no Hospital do Sepaco. Além disto, *books*, revistas e fitas também foram enviados às bibliotecas da ANFPC e APFPC, onde estão à disposição dos associados para consultas.



Empresa de porte internacional, atuando em 52 países, desenvolvendo atividades no ramo agroindustrial e alimentício.

No Brasil possui uma equipe de 4.000 funcionários divididos entre 150 filiais e 25 unidades industriais.

Em fase de expansão e diversificação, estará iniciando atividades voltadas para o **PROCESSAMENTO DE MILHO** e busca profissional altamente qualificado para ocupar o cargo de:

Gerente Regional de Vendas

Com experiência mínima de 3 anos na função, na área de **AMIDO**, em empresas do ramo alimentício, papel e celulose, tecidos ou mineração.

Deverá possuir curso superior completo em Engenharia Química e disponibilidade para viagens.

Os interessados deverão enviar "Curriculum Vitae", mencionando salário atual e pretendido, para a Rua Olavo Bilac, 157 - CEP 04671 - São Paulo-SP, a/c Recrutamento e Seleção, mencionando no envelope a sigla: "MILLING/90".

ABTCP APÓIA A PESQUISA CONCEDENDO 11 PRÊMIOS

A ABTCP juntamente com a APFPC e empresas ligadas ao setor de celulose e papel, atribui a cada ano prêmios em reconhecimento aos melhores trabalhos publicados na revista "O Papel" ou apresentados no Congresso Anual de Celulose e Papel, buscando assim promover a pesquisa e o desenvolvimento do setor.

Os prêmios, ao todo 11, são oferecidos observando-se os seguintes critérios: apresentação, qualidade técnica, aplicabilidade e originalidade dos trabalhos, sendo concedidos apenas a profissionais ligados ao setor de celulose e papel e associados à ABTCP, na categoria individual.

Os trabalhos podem concorrer aos seguintes prêmios:

• **Prêmio de Mérito ABTCP**

Destinado ao trabalho técnico que reúna maior pontuação nos critérios apresentação, qualidade, aplicabilidade e originalidade;

• **Prêmio de Incentivo ABTCP**

Oferecido a trabalhos de profissionais iniciantes no setor — ou seja, com até cinco anos de experiência;

• **Prêmio APFPC**

Destinado ao trabalho técnico que

apresente maior aplicabilidade no setor;

• **Prêmio Voith**

Destinado ao trabalho que apresente o melhor enfoque do assunto "Papel";

• **Prêmio Kamyr do Brasil**

Oferecido ao melhor trabalho técnico voltado ao desenvolvimento dos processos de cozimento, lavagem e alveijamento, especificamente de espécies de madeiras brasileiras e com ênfase na economia de energia e proteção ambiental;

• **Prêmio Peróxidos do Brasil**

Destinado a trabalhos elaborados por estudantes de nível superior, de pós-graduação ou estagiários que apresentem melhor enfoque científico de assuntos ligados ao setor;

• **Prêmio Shunzo Ikemori**

Oferecido ao melhor trabalho sobre utilização de aparas na fabricação de papel;

• **Prêmio Ingersoll-Rand — Divisão IMPCO**

Destinado ao trabalho que melhor desenvolva o assunto tecnologia em produção e tratamento da polpa;

• **Prêmio Dow de Controle de Qualidade**

Oferecido ao melhor trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Controle de Qualidade que verse qualidade total, bem como desenvolvimento de métodos e processos suscetíveis de aplicação em empresas de celulose e papel ou de outros setores;

• **Prêmio Syntechrom**

Destinado ao grupo de Círculo de Controle de Qualidade que apresente o trabalho que reúna maior pontuação nos critérios apresentação, aplicabilidade e originalidade;

• **Prêmio INPAL de Recursos Humanos**

Destinado ao melhor trabalho desenvolvido na área de recursos humanos em indústrias do setor, que tenha se destacado pela originalidade e aplicabilidade. É importante observar que o mesmo autor (ou autores) só poderá concorrer a um único prêmio; no caso de trabalho elaborado por mais de um autor, o prêmio será dividido entre estes; um ou mais prêmios poderão ser transferidos para o ano seguinte se os trabalhos não atenderem aos critérios estabelecidos, ficando neste caso o(s) prêmio(s) acumulado(s).

Novo equipamento da Toga produz a embalagem do Fofo

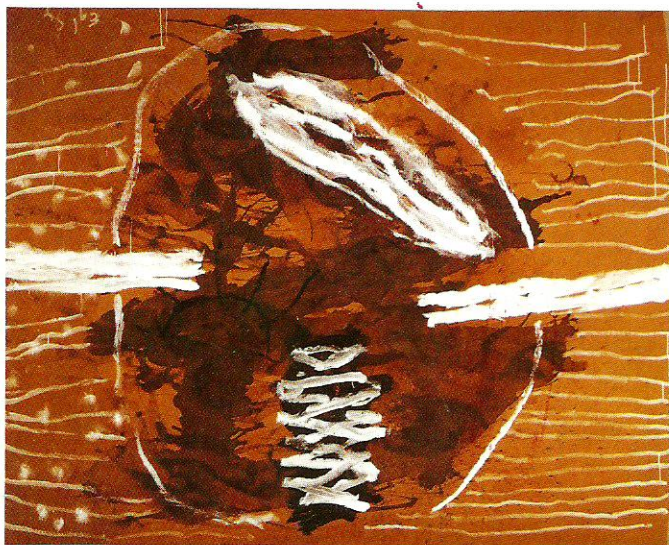
O mercado brasileiro de sabonetes movimenta cerca de 160 mil toneladas/ano. E a Toga, principal fornecedora de embalagens para este produto — respondendo por 70% do volume fabricado no País —, é a única empresa brasileira a produzir o papel couchê laminado com poliéster, utilizado no mais novo lançamento da Gessy Lever: o sabonete infantil Fofo.



Cartucho laminado com poliéster, utilizado para o sabonete infantil Fofo

O novo envoltório laminado agrega ao sabonete um visual de requinte e beleza, além de evitar que o produto sofra o impacto do desgaste provocado pelo tipo de exposição, protegendo-o contra os agentes externos. Sua industrialização utiliza o novo equipamento da empresa, capaz de imprimir e laminar em linha, em uma única operação.

A PINTURA SOBRE PAPEL NA ALEMANHA



“O ouvido está no lado de fora”, um catastrofismo de Herbert Egl.

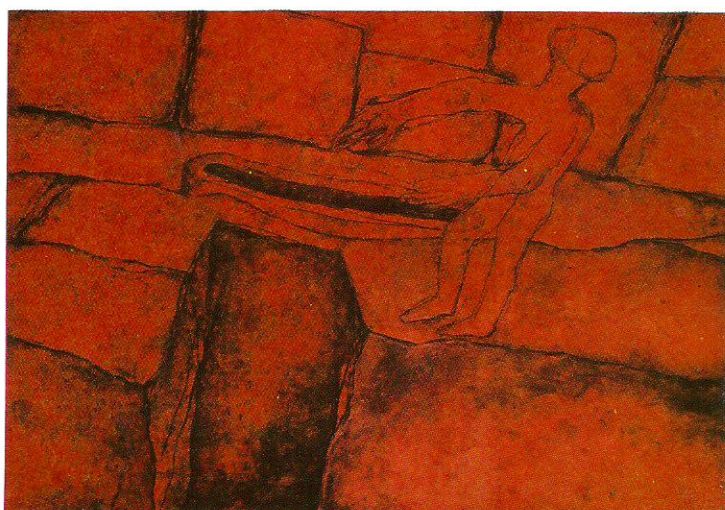


Gotthard Graubner, ex-Grupo Zero, e sua “Iluminação por Detrás”.

Paco Knöllner e sua “Kurosawa 2”, flagrando o homem em confinamento.



A arte informal de Emil Schumacher numa guache sobre papel: “G-22”.



De 10 de maio a 10 de junho, o Museu de Arte Contemporânea de São Paulo expôs 44 pinturas sobre papel realizadas nas últimas três décadas por quatro gerações de artistas alemães — desde veteranos como Emil Schumacher até o vanguardista Herbert Egl. A mostra “Pintura sobre Papel” foi organizada no ano passado por Dieter Honisch, diretor da Galeria Nacional de Berlim, que em entrevista a “O

Estado de S. Paulo” justificou a reunião de trabalhos de 12 artistas de escolas diferentes, do cubismo ao figurativismo, a partir de seu engajamento na tendência contemporânea de pesquisa de materiais.

“O papel se afirma como um veículo que permite a expressão e a identificação do trabalho acontecendo e o reconhecimento das dificuldades e conflitos inerentes à sua

execução”, afirmou Honisch. E foi além, lembrando que, ao reduzir a necessidade de uma pintura desenvolvida por inteiro, o papel amplia a liberdade de ação. “Ao mesmo tempo, requer o controle rápido pois, ao contrário de uma pintura a óleo, as correções sobre papel podem ser feitas em muito poucas ocasiões e, raramente, sem perda de qualidade”, conclui.



A INDÚSTRIA E A GAVETA DO BUROCRATA

Marcello L. Pilar (*)

Nas primeiras semanas após o Plano Brasil Novo, cansado de não ser atendido pelo gerente de sua agência bancária, um cliente apelou para a Polícia Federal. Interpelado pelas autoridades, diante das câmaras de televisão, o "gerente" declarou que não trabalhava para o Banco Central mas sim para o seu banco e que, portanto, a instrução do Banco Central não era para ele.

A modernidade que o plano busca implantar, choca-se naturalmente com muitas resistências burocráticas difíceis de serem suplantadas e elas não são apenas da estrutura governamental. País de cabeças feitas na desconsideração a "leis que não pegaram", vivemos agora o risco da "Constituição que não pegou" ou do "plano que não é comigo", apesar da constante ameaça de ter que cruzar com o Tuma. Penadas decisivas do Executivo de Brasília que visam correções, às vezes drásticas, às vezes confusas, encontram sistemas paralelos, por detalhes ou artifícios legais, funcionando, expedindo documentação e controlando o País, resistindo às mudanças, por falta de alternativas que funcionem ou por impossibilidade de entendimento claro.

Se de um lado a inércia leva a certas atitudes, de outro, mais grave, estas atitudes são resultado da inexistência no País novo da estrutura funcional. Esta, embora criada no papel — como os direitos constitucionais —, não foi materializada na prática, pela inadequação dos quadros ou sua inexperiência. A existência corrente de "ex" órgãos que ainda operam, exigirá um tempo para desaparecerem, até a nova acomodação.

Por outro lado, há medidas de

conseqüências imediatas. Concessões feitas dentro da mesma modernidade, a acordos internacionais como o Gatt, passam a valer, sem haver uma contrapartida negociada para as mesmas, expondo a indústria a riscos e incertezas inéditos.

Nesta linha foi determinado, no bojo das medidas modernizantes, a eliminação das barreiras não-tarifárias às importações, o que só não é contemporâneo porque já vem tarde. Entretanto, tais medidas favorecem, no comércio internacional, muito mais aos que nos vendem. A contrapartida interna, que permite aos fabricantes brasileiros defenderem-se contra eventuais importações em condições mais favoráveis que a produção nacional, freqüentemente apoiadas pelas práticas oficiais de países exportadores, não é eficaz. Com isto aumenta-se o risco de parar nossas indústrias, por acréscimo às já graves pressões recessivas existentes.

A isto some-se o mercado livre de câmbio que não decola a não ser no paralelo e que, mantendo taxas inadequadas, dificulta ou impede a exportação de produtos nacionais e expõe-nos às investidas dos nossos concorrentes, que ficam à vontade para competir conosco, em nossa casa, com condições melhores que as que temos.

A indústria brasileira, que viu seu capital de giro sumir para as mãos do governo, sofreu uma duríssima restrição na sua busca da produtividade e da eficiência, ao ter divisas e outros fundos — com os quais pagaria importações e modernização em andamento — também congelados, atrasando a sua atualização. Sofreu um golpe pesado ao ter o seu mercado interno subitamente res-

tringido a pelo menos metade, por um tempo ainda incerto. Não pode sofrer mais ainda, pela inoperância de medidas, que embora existentes em documentos legais, não são acionáveis com a presteza devida para coibir as importações menos desejáveis e impedir mais desemprego no país.

Documentos tais como o Decreto 93941, de 16 de janeiro de 1987; Decreto 93962, de 22 de janeiro de 1987; Resolução CPA 00-1227, de 20 de maio de 1987 e Portaria do Ministério da Economia 56, de 16 de março de 1990, constituíam medidas de defesa talvez suficientes, se houvesse um comportamento conhecido, se fossem rapidamente acionáveis e confiáveis e se pudessem ser prontamente deflagradas em casos de evidente desproporção às condições do mercado.

Importações são necessárias e quanto mais rapidamente o seu fluxo aproximar-se dos valores das exportações, melhor para todos. Não pretendemos seguir tendo saldos na balança comercial a custo de refrearmos as importações, mas é preciso garantir a competitividade da indústria permitindo a sua existência e reinvestimentos nessa direção. É preciso haver mecanismos suficientemente ágeis para defendê-la das práticas internacionais abusivas. É preciso transferir para medidas normais, claras, facilmente acionáveis, a proteção à indústria que hoje está ainda dependente do entendimento do burocrata em exercício e sua grande gaveta.

* Marcello L. Pilar faz parte do Corpo Diretivo da ANFPC — Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose.

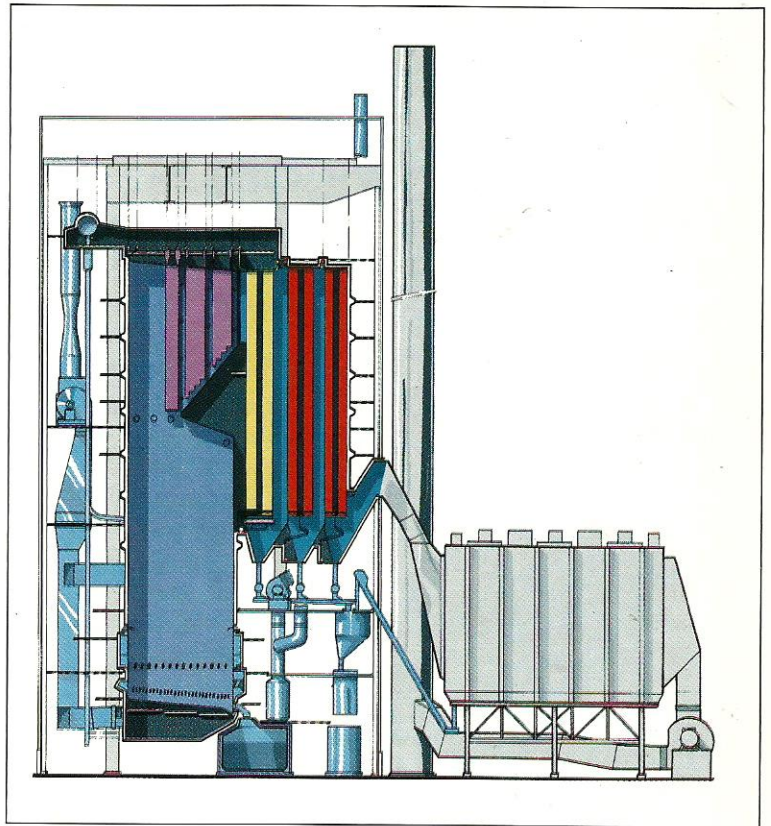
Caldeiras de recuperação GOTAVERKEN NOVOS PEDIDOS

GOTAVERKEN tem produzido força para gerar lucros aos seus clientes nos últimos 50 anos.

GOTAVERKEN fornece caldeiras de recuperação química, de biomassa, de leito circulante fluidizado (CFB) e gasificadores de casca, frequentemente contratadas sob o sistema "turn-key".

Assistência técnica, reformas, reparos e o mais avançado sistema de controle para caldeiras de recuperação – BLRBOMASTER – faz da GOTAVERKEN uma empresa de caldeiras completa.

A alta eficiência e segurança das instalações da GOTAVERKEN são fatores chave no sucesso de muitas das mais lucrativas fábricas de celulose do mundo.

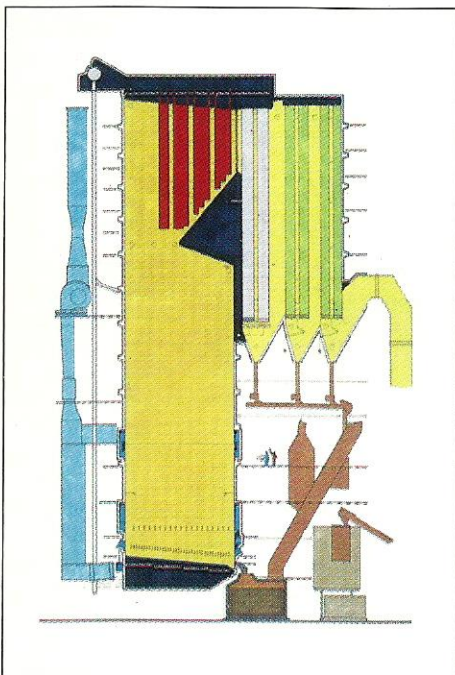


*La Cellulose du Rhône et d'Aquitaine, St. Gaudens, França.
Caldeira de Recuperação. Capacidade: 1450 tss/24 h.*

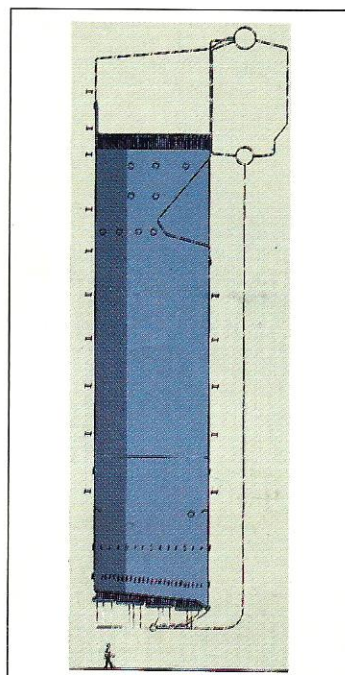
GOTAVERKEN ENERGY DO BRASIL

Av. Lauro Muller, 116 - conj. 1702 - Botafogo
22290 - RIO DE JANEIRO

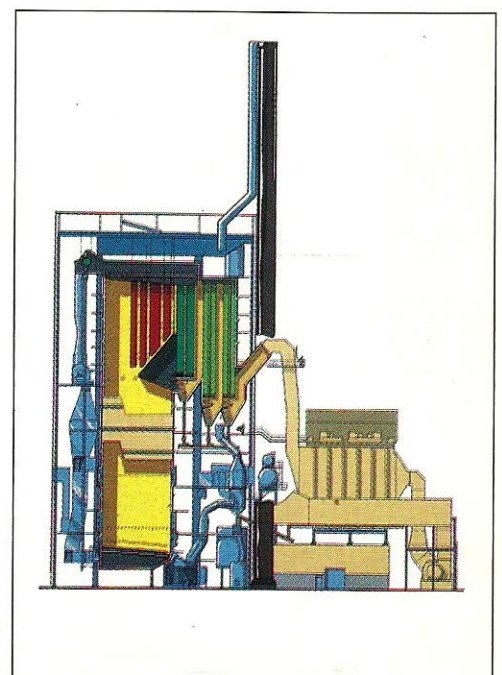
Telefone: (21) 542-1543, -1647, -1091
Telefax: (21) 541-4391



*Expansão da ARACRUZ.
Caldeira de Recuperação.
Capacidade: 2200 tss/24 h.*



*COMPANHIA FLORESTAL
MONTE DOURADO (JARI).
Troca recorde de Fornalha
da Caldeira de Recuperação*



*BAHIA-SUL DE CELULOSE.
Caldeira de Recuperação.
Capacidade: 1750 ts/24 h.*



Indústrias Klabin de Papel e Celulose SA

CERTIFICADO "Campeões de Excelência e Eficácia"

CLASSIFICAÇÃO: "PRIMEIRO COLOCADO DO GRUPO"

O presente Certificado é conferido por Indústrias Klabin de Papel e Celulose SA
À Empresa fornecedora **KAMYR DO BRASIL TÉCNICA DE CELULOSE LTDA**
tendo em vista seu excelente desempenho nas áreas de qualidade,
custos, pontualidade e cooperação, durante o ano de **1989**
São Paulo, **28 de Março de 1990.**


A. C. LOBL
DIRETOR GERAL


H. STUKART
DIRETOR DO MATERIAL

Papel fornecido pela Klabin.

A tecnologia e qualidade dos equipamentos produzidos pela Kamyrt do Brasil foram plenamente reconhecidas e diplomadas pelas Indústrias Klabin, maior fabricante de papel e celulose da América Latina. Este é o certificado que aprova

e comprova a alta qualidade dos Produtos Kamyrt, outorgado por um grupo empresarial que reconhece o importante papel da nossa tecnologia para o desenvolvimento da indústria brasileira. Kamyrt do Brasil. Uma empresa que cumpre o seu papel.



**KAMYR DO BRASIL
TÉCNICA DE CELULOSE LTDA.**

Rua Francisco Sobania, 1.300 - Curitiba - Paraná
Telefone: (041) 348-1155
Telefax: (041) 348-1330 - 348-2306